

# XXV FÓRUM ESTADUAL

## NOSSA HISTÓRIA

## DE LUTA PELA

# EDUCAÇÃO DE QUALIDADE





# Undime-SP

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo



## Institucional

- ▶ PALAVRA DA PRESIDENTE
- ▶ DIRETORIA ATUAL
- ▶ HISTÓRIA
- ▶ POLOS
- ▶ COMISSÕES
- ▶ DIRETORIA ANTERIOR
- ▶ ESTATUTO



## Comunicação

- ▶ VÍDEOS
- ▶ FOTOS
- ▶ CONTATOS



## Formação

- ▶ CAPACITAÇÕES
- ▶ SEMINÁRIOS
- ▶ COLABORADORES



## Publicações

- ▶ INFORMATIVOS UNDIME-SP
- ▶ REVISTAS
- ▶ DOCUMENTOS PARA CONSULTA

## CANAIS DE COMUNICAÇÃO



# AMIGAS E AMIGOS DIRIGENTES MUNICIPAIS

É com grata satisfação que apresentamos nossa revista comemorativa do XXV Fórum Estadual da Undime-SP. Resgatamos momentos que marcaram a história de nossa entidade e contribuíram para impulsionar mudanças importantes da Educação Brasileira. Revivemos as ações realizadas por pessoas que se dedicaram à educação com o sonho de realizar a Educação de Qualidade que o Brasil precisa ter.

Percorremos a origem de nossas aflições atuais que nasceram de projetos, que se tornaram emendas e que se transformaram em leis a serem cumpridas, sob a luz da nossa Constituição. Um caminho cheio de ruas curvas e dias escuros, mas sempre percorrido por nós Dirigentes, com o foco no saber iluminado que nos guia para realizarmos ações educacionais em nossos municípios.

Nossa luta de hoje, não é diferente ou menos árdua do que a luta enfrentada por nossos antecessores. No palco da transição da ditadura militar para a democracia, as mudanças educacionais começaram com a Constituição de 1988 que incluiu os Municípios em pé de igualdade federativa com Estados e União. Acompanhando o processo de tantas mudanças, a Municipalização da educação tornou-se o foco e nós, Dirigentes Municipais assumimos o compromisso de lutar pela melhoria da qualidade do ensino público brasileiro.

Nesse cenário de mudanças a Undime Nacional nasceu. Um ano depois, nasceu a Undime-SP. Desde então, nossa entidade sempre privilegiou o diálogo democrático entre nós e com os entes federados. Entendemos que o caminho democrático é o melhor para que a educação municipal possa vencer os entraves que se apresentam, principalmente na questão do déficit de recur-

sos humanos e financeiros. O diálogo é marca forte de nossa entidade.

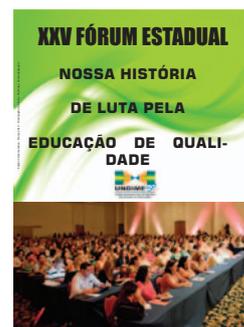
Os problemas que enfrentamos hoje estão enraizados a muito na história da educação brasileira e precisam de vontade política, determinação dos gestores educacionais e envolvimento da sociedade para que essas questões sejam resolvidas.

Quanto mais avançarmos pela Educação de Qualidade, mais ficará evidente que os caminhos traçados lá atrás foram delineados para um futuro bem diferente do que vivemos. Precisamos agir urgentemente pela dignidade humana e sermos exemplos para os nossos amigos e amigas profissionais de educação, que dentro da sala de aula sofrem tanto como nós em nossas secretárias.

Não podemos deixar a Educação Brasileira seguir caminhos estranhos. Cabe a nós, Dirigentes Municipais de Educação, assumir o comando desta luta, definitivamente, e juntos, assim como nossos antecessores, por meio do diálogo franco e aberto, buscarmos junto aos demais entes federados, órgãos do legislativo e do judiciário, soluções que façam do Brasil um País onde a Educação seja sempre prioridade.

Boa leitura!!!

Priscilla Maria Bonini Ribeiro  
Presidente Undime-SP e Undime Sudeste  
Conselheira Estadual de Educação de São Paulo  
Secretária de Educação de Guarujá.



## XXV FÓRUM ESTADUAL

### Realização

TM2 – Comunicação e Eventos

Textos: Maura Pescador

Diagramação: Márcia De Rogatis

Imagem da capa: Beatriz De Rogatis

Edição: março/2015



União dos Dirigentes Municipais do Estado de São Paulo – Undime-SP

Rua Barão de Itapetininga, 46 – conjunto 1311 e 1321

Telefones: (11) 3257-2794 e 3120-3374

E-mail: undimesp@gmail.com

<https://www.facebook.com/undime.sp.dme>

<http://www.undime-sp.org.br>

Assessoria da Presidência - Ivelise Viudes

Assessoria Jurídica - Dr. Fabiano Lopes

Assessoria de Comunicação - Maura Pescador

# UM NOVO CAMINHO PARA O BRASIL

## A transição do regime militar para o regime democrático e a situação da educação brasileira.

**As** mudanças políticas tão ansiadas pela sociedade brasileira desde o final da década de 1960, finalmente tomavam formas.

O fim do regime militar e a transição política para o regime democrático iniciou-se no ano de 1985 com a eleição, ainda de forma indireta, de Tancredo Neves para a Presidência da República.

No país inteiro houve comemorações. Um período no qual a esperança por um país melhor reinava pelas ruas, adentrava os lares e invadia os corações de uma sociedade que até então tinha os seus direitos civis e políticos, limitados.

Durante o período militar a educação brasileira priorizou a escola primária e o ensino profissionalizante, com o intuito de ter uma sociedade que soubesse ler e escrever e que tivesse os jovens habilitados para o mercado de trabalho operário. A Escola Nova deixou de ser uma política pública e Paulo Freire, entre outros intelectuais, foi exilado; a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi julgada ilegal e os grupos que se organizavam politicamente contra o regime militar eram tratados como subversivos. Foi um período difícil para muita gente.

Em 1968, a promulgação do Ato Institucional nº 5, mais conhecido como AI5, explicitava a dureza do regime contra aqueles que lhe eram contrários. Ninguém era livre para se manifestar. Em 1969, o Decreto-Lei 477 determinava:

***“Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados”.***

Os professores tinham vínculos militares ou religiosos. Muitos poucos se arriscavam em modificar a metodologia de ensino e apresentar conteúdos que fizessem a juventude brasileira analisar o que era verdade e o que era ilusão no regime militar.

No ano de 1971, o vestibular por meio de classificação foi introduzido nas universidades brasileiras, e até hoje o sistema de ingresso ao nível superior de ensino é assim. O ensino deixou de ser dividido em primário, ginásial e colegial, passando a ser ensino de primeiro e de segundo graus. Até os 14 anos o ingresso à escola era obrigatório. As disciplinas de História e Geografia passaram a fazer parte da disciplina Estudos Sociais e os professores para essas disciplinas eram formados no Magistério. Era o fim das escolas normalistas

que tantos mestres haviam formado.

A licenciatura curta ou plena passou a ser exigida para quem se interessasse em lecionar nos anos finais do 1º grau e do 2º grau. O professor precisava ser técnico em educação. Com o aumento da demanda, novas escolas foram construídas, novas salas de aulas foram abertas, mas os poucos concursos públicos realizados não conseguiram dar conta da demanda e, assim, a contratação de professores temporários foi a solução, mesmo sem a devida habilitação profissional que era exigida aos professores concursados.

O Salário-Educação, revogado em 1975, contribuiu para agravar ainda mais a falta de professores nas escolas brasileiras.

Criado em 1964, o Salário-Educação (Lei nº 4440) é uma contribuição das empresas vinculadas à Previdência Social, correspondente ao custo do

*Escola Nova: movimento de renovação do ensino que atingiu a Europa, a América e o Brasil no início do século XX.*

ensino primário dos filhos dos empregados de cada empresa em idade obrigatória de escolarização, para auxiliar o pagamento das despesas públicas com a educação, entre elas a remuneração

dos professores. Com a revogação de 1975, a remuneração dos professores foi prejudicada com a redução da disponibilização dos recursos arrecadados. Os professores passaram a receber menos por suas aulas e começaram a procurar emprego nas escolas privadas, abandonando o ensino público.

Embalados com tantas distorções na educação brasileira e aproveitando o cenário da crise do petróleo iniciada em 1973, a oposição ao regime militar fortaleceu as suas bases ampliando o número de pessoas que apoiavam o fim da ditadura e a volta da democracia como regime político de nosso País.



imagem: pragmatismopolitico.com.br

A municipalização do ensino de 1º grau, ocorrida neste período, buscou descentralizar o sistema de ensino público. Em seguida, ocorreu a desobrigatoriedade do ensino de 2º grau ser profissionalizante com novos programas criados para o ensino da população de baixa renda, mas sem alcançar resultados significantes.

A criação do PROMUNICÍPIO, na década de 1970, objetivou o apoio aos municípios com a intenção de fortalecer o ensino de 1º grau, cabendo aos municípios criar, ampliar ou reestruturar os órgãos municipais de ensino. Ou seja, limitava-se ao atendimento escolar: contratação de pessoal técnico, administrativo e didático, com poucas ações de capacitação de pessoal.

Os repasses de tributos estaduais e municipais feitos à União correspondiam à maior parte da arrecadação feita em cada unidade federativa, gerando a dependência política. Para que os municípios obtivessem benefícios dos programas federais sustentados pelos repasses efetuados, eram necessários os famosos acordos político-partidários, iniciados na esfera estadual e finalizados na esfera federal, mantendo a dominação de todo o sistema educacional.

Na metade dos anos de 1980, o cenário nacional começava a traçar novos rumos. Em 1983, a chamada “Emenda Calmom” determinou mudanças importantes no custeio da educação: a União deveria aplicar nunca menos de 13% da arrecadação e os Estados e Municípios deveriam aplicar nunca menos de 25% da receita recebidas por transferências e impostos.

# DIRETAS JÁ

As mobilizações políticas e sociais culminaram nas eleições diretas para governadores e membros do legislativo. A Câmara dos Deputados iniciou as articulações para que também o próximo Presidente do País fosse eleito pelo voto direto. Vários projetos já haviam tramitado no Congresso Nacional solicitando as eleições diretas para presidente, mas o projeto de

lei elaborado pelo Deputado Dante de Oliveira teve maior repercussão, incentivando a união dos partidos e da sociedade civil, tomando as ruas de todo o País com o movimento conhecido com “Diretas Já”.

Uma pesquisa do IBOPE realizada dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, revelava que 84% dos entrevistados apoiavam a Emenda. O governo militar, no entanto, conseguiu que a Emenda não fosse aprovada. Em 24 de abril de 1984, com muita expectativa, a Emenda entrou na pauta para votação. Foram 298 votos a favor e 25 votos contra, precisando de mais 22 votos a favor para aprovação e encaminhamento ao Senado Federal. Os votos esses que não aconteceram, pois os 112 deputados da base governista não compareceram à votação, frustrando os anseios de toda a sociedade brasileira.

O governo militar ganhou mais uma batalha e permitiu, como demonstração de democracia, que as eleições de 1985 fossem disputadas por civis, porém com voto indireto. Todas essas manobras para evitar que a democracia voltasse a reinar no regime político brasileiro, serviram para assegurar a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985.

Em 1986, ocorreu a formação da Assembleia Nacional Constituinte, que após dois anos de muito trabalho e discussões com os representantes da sociedade brasileira, finalmente, foi promulgada a Nova Constituição do Brasil em 5 de outubro de 1988. Nela a vitória de todos os que presenciaram os abusos do período militar e participaram das mobilizações sociais e do movimento “Diretas Já”: foi decretado o retorno das eleições diretas para o ano de 1989.

Novos horizontes se abriam para o Brasil que vivenciava muitas desigualdades sociais, frutos das políticas econômicas dos governos militares, que agora escancarava a realidade de nossa gente. O movimento “Diretas Já” é considerado o maior que ocorreu até hoje em nosso País, mobilizando e unindo todas as classes sociais, políticas, esportistas, intelectuais e culturais, ganhando destaque na mídia internacional e colocando o orgulho de ser brasileiro em destaque no coração de todos.



imagem: Orlando Brito/1984 – acervo.oglobo.globo.com

# NOVA CONSTITUIÇÃO

## Educação em Destaque

### Capítulo III – Seção I - Artigo 205

**A** Constituição Cidadã, como ficou popularmente conhecida, garantiu os direitos civis e políticos - a cidadania - de todos os brasileiros.

Após 20 meses, o Congresso Nacional composto por 558 constituintes, promulgou a sétima Carta Magna do Brasil, no dia 5 de outubro de 1988, há 26 anos. Na Constituição de 1967, apenas três artigos eram dedicados à educação, dentro do Título IV que também tratava da família e da cultura. A mesma condição foi mantida na alteração realizada em 1969, na Emenda Constitucional.

A Nova Carta trata a educação em seção específica e traz novos conceitos, normas, benefícios e procedimentos, que modificaram a gestão educacional brasileira, e determina: a educação como um direito de todos; é dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade;

#### Gratuidade do Ensino

Garantida a gratuidade e obrigatoriedade da Pré-escola ao Ensino Médio. É dever do Estado: atender aos cidadãos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria e nas escolas públicas o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências.

#### Carreira dos Professores

Valorização dos profissionais do ensino, garantindo o plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso por concurso público de provas e títulos, em regime jurídico para todas as instituições mantidas pela União.

#### Sistema de Ensino

O ensino ministrado no País passou a ter os seguintes princípios básicos: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; gestão democrática do ensino público; e, garantia de padrão de qualidade.

a educação é o caminho para o desenvolvimento pessoal, qualificação profissional e exercício da cidadania.

Além disso, determina a existência de um regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que norteará os sistemas de ensino, e a elaboração de Plano Nacional de Educação, com duração plurianual. Com isso, a Nova Constituição objetivou a articulação do Sistema Nacional de Educação, com diretrizes, objetivos, metas e estratégias para todos os níveis e modalidades de ensino.

Tais modificações visavam conduzir à erradicação do analfabetismo; à universalização do atendimento escolar; à melhoria da qualidade do ensino; à formação para o trabalho; e, à promoção humanística, científica e tecnológica do País.

responsabilizadas as autoridades competentes que não oferecerem ensino gratuito e obrigatório regularmente.

#### Financiamento

Para a manutenção e desenvolvimento do ensino, a União aplicará anualmente no

mínimo 18% de sua receita e os Estados e os Municípios aplicarão 25% das receitas resultante de impostos e de transferências.

A prioridade da distribuição dos recursos públicos é para atender ao ensino obrigatório. Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde passaram a ser financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

O Ensino Fundamental passou a ter fonte adicional de financiamento: o Salário Educação, recolhido pelas empresas.

#### Regime de Colaboração

A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e prestará assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.



Imagem: agênciabrasil/galeria

Foram afixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Ensino religioso passou a ser facultativo no ensino fundamental e aos indígenas foi assegurado o direito a aulas ministradas também em suas línguas maternas com processos próprios de aprendizagem.

O atendimento ao educando no Ensino Fundamental passou a ser por meio de programas de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. O Poder Público deve recensear os educandos fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

O atendimento em creche e pré-escola passaram a atingir a faixa etária de zero aos 6 anos.

Os Municípios passaram a atender as demandas da Pré-escola e do Ensino Fundamental. Serão

# A FORÇA DE UMA UNIÃO

*Secretários e Secretárias Municipais de Educação se unem para criar uma entidade nacional*

**A** nova Constituição Brasileira determinou: a educação é um direito de todos; um dever do Estado e da família. Desta forma, convocou todos os brasileiros a agirem em prol da educação. O processo de redemocratização do País, pouco a pouco, foi tomando forma e todos os setores públicos e sociais se engajaram na luta para dar mais qualidade de vida, mais dignidade humana e mais educação para todos.

A mobilização dos Dirigentes Municipais começa neste período em que a municipalização do ensino de primeiro grau desenhava a necessidade de se ter maior disponibilidade de recursos provenientes da União e dos Estados. Um momento importante no qual a força dos secretários e secretárias municipais necessitava de uma representatividade para dialogar com os demais entes federados, buscando soluções e levando sugestões para a melhoria da gestão educacional em cada município.

No Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, realizado em Brasília no ano de 1986, os presentes elaboraram um documento denominado a “Carta de Brasília”. Nela os gestores educacionais defenderam a educação e o fortalecimento dos municípios. A Undime Nacional foi fundada no dia 10 de outubro de 1986, e a Professora Edla Araújo Lira Soares assumiu o primeiro mandato da instituição.



Imagem: undime.org.br

*“A Undime surge no interior do processo de redemocratização do País, inserindo-se nos movimentos sociais que se constituíram em defesa da universalização da Educação Básica de qualidade social e na construção de um mundo socialmente justo”.*

**Edla de Araújo Lira Soares**

**Presidente da Undime Nacional – biênio 1986-1987**

## **UNDIME - Em defesa da educação pública com qualidade social**



**Cleuza Rodrigues Repulho**  
**Presidente Undime Nacional**  
**Biênio 2013-2014**

Imagem: abcd maior

A Undime é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede em Brasília (DF), de onde coordena a rede de participação de seus membros e seccionais, dando destaque às ações que tenham por objetivo central a formulação de políticas educacionais. A sua **missão** é articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social. A Undime organiza e promove pesquisas, reuniões, seminários e fóruns voltados à educação pública, cidadã e de qualidade para todos e mantém contato com as três esferas do poder público:

Judiciário, Legislativo e Executivo, além de sindicatos, confederações, associações, ongs, movimentos sociais, redes e demais entidades da sociedade civil, que tenham interesse no processo educacional.

**Fórum Nacional:** é o órgão máximo deliberativo da entidade, do qual participam todos os Dirigentes Municipais de Educação do País. Reúne-se, ordinariamente, a cada dois anos ou, extraordinariamente, sempre que convocado pela diretoria executiva, ou pela maioria simples dos demais membros do Conselho Nacional de Representantes.

**Conselho Nacional de Representantes:** compõe-se de quatro titulares e três suplentes eleitos nos fóruns estaduais, a cada dois anos, pelos Dirigentes Municipais de Educação de cada Estado.

**Diretoria Executiva:** composta de doze membros, eleitos a cada dois anos. São eles: presidente, vice-presidente, secretário de coordenação técnica, secretário de articulação, secretário de assuntos jurídicos, secretário de comunicação e secretário de finanças. Conta, ainda, com um presidente de cada uma das regiões do Brasil. A diretoria é eleita pelos Delegados e Conselheiros de Representantes, no Fórum Nacional.

**Conselho Fiscal:** constituído de três titulares e três suplentes, também eleitos pelo Conselho Nacional de Representantes no Fórum Nacional.

# DIRIGENTES PAULISTAS

## Unidos pela educação de qualidade

### Os caminhos e os dilemas da primeira gestão da Undime-SP

**D**epois do 1º Encontro Nacional dos Dirigentes Metropolitanos de Educação, realizado no Recife, os municípios paulistas reuniram-se no 1º Encontro sobre Cursos de Magistério Mantidos por Municípios Paulistas, realizado no antigo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), em São Paulo, Capital, no mês de março de 1986.

Esse dois eventos foram de fundamental importância para incentivar os dirigentes paulistas a marcarem reunião, em junho do mesmo ano, com a finalidade de viabilizar a realização do Primeiro Encontro Oficial de Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo.

O objetivo do encontro foi o de organizar o Conselho de Representantes e estruturar uma entidade paulista, seccional da Undime Nacional, que tivesse voz juntos aos demais entes federados e órgãos governamentais.

Com o apoio do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM) e também do CENAFOR, no dia 03 de junho de 1986, aconteceu o evento nas dependências do Centro de Convenções Rebouças, na Capital Paulista. Compareceram ao encontro cerca de 250 pessoas que representaram 131 municípios.

Durante o evento o Conselho de Representantes foi constituído com 50 membros representantes, sendo 46 das regionais e 4 delegados do Estado, que representaram a seccional paulista junto à Undime Nacional. Os representantes paulistas participaram de uma reunião em Brasília, em ju-

ho de 1986, com o intuito de avaliar a mobilização dos dirigentes municipais de todo o País.

Compareceu cerca de 2000 dirigentes que determinaram a realização de um fórum para organizar e estruturar uma entidade de caráter nacional. No 1º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, também realizado em Brasília, foi elaborada a “Carta de Brasília” que defendia os interesses da Educação e o Fortalecimento dos Municípios, além da instituição da Undime Nacional.

Após o evento de Brasília, os dirigentes paulistas realizaram uma Assembleia Geral no dia 23 de junho de 1987, na qual os presentes procederam à leitura e à aprovação do Estatuto da Undime-SP, além de empossar o Conselho de Representantes formado por 38 representantes regionais e pelos 4 delegados que atuam junto à Undime Nacional. As regionais de Dracena, Ourinhos, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Joaquim da Barra, Taubaté, Tupã e Votuporanga, não elegeram representantes na ocasião. A principal tarefa do Conselho era estruturar e divulgar o movimento paulista.

A Undime-SP, então, passou à tramitação de documentos até que no dia 23 de junho de 1987 fosse oficialmente criada a Associação Civil da *União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo – Undime-SP*, seccional da Undime Nacional, com o registro da documentação no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Paulo, com sede provisória à Rua Rodolfo Miranda, no bairro paulista do Bom Retiro.

## PRIMEIRO CONSELHO DE REPRESENTANTES

### REPRESENTANTES REGIONAIS

SERGIO GERANO – REGIONAL DE ADAMANTINA  
RUBENS BIZARRO ROMARIZ – REGIONAL DE ANDRADINA  
VALDIR FERREIRA – REGIONAL DE ARAÇATUBA  
JOSÉ GUILHERME DE NARDI – REGIONAL DE ARARAQUARA  
GERALDO DE SOUZA MEDEIROS – REGIONAL DE ASSIS  
ANGÉLICA MELINCHON DIAS – REGIONAL DE AVARÉ  
FRANCISCO DE PAULA PIEDADE – REGIONAL DE BARRETOS  
RAYMI OLIVEIRA BAPTISTA PEREIRA – REGIONAL DE BAURU  
JAIRO SOARES DE SOUZA – REGIONAL DE BOTUCATU  
ODRACIR JOSÉ CAMINADA – REGIONAL DE BRAGANÇA PAULISTA  
ENILDO GALVÃO CARNEIRO PESSOA – REGIONAL DE CAMPINAS  
CLEUSA PIRES DE ANDRADE – REGIONAL DE CARAGUATATUBA  
NORMA DELANO – REGIONAL DE CATANDUVA  
MARIA CONCEIÇÃO ROCHA – REGIONAL DE CRUZEIRO  
SIRLEY APARECIDA DE ALMEIDA SILVARES – REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS  
JOSÉ MARCOS FIGUEIREDO BERTELLI – REGIONAL DE FRANCA  
IVA PRADO VIEIRA – REGIONAL DE GUARATINGUETÁ  
ANA MARIA SANTI – REGIONAL DE ITAPETININGA  
HELOÍSA CUNHA ARRUNÁTEGUI – REGIONAL DE ITAPEVA  
FRANCISCO VALDO DE ALBUQUERQUE – REGIONAL DE JALES  
JOSÉ RAPHAEL TOSCANO – REGIONAL DE JAÚ  
MAGALI CAMARGO CARDOSO – REGIONAL DE JUNDIAÍ  
LÚCIA HELENA GULLO FERREIRA – REGIONAL DE LIMEIRA  
MARIA ELIZA FRANCISCA DA SILVA TINÓS – REGIONAL DE LINS  
MARILENE MUSSI GUIMARÃES – REGIONAL DE MARÍLIA

MARIA DO SOCORRO GOMES DA SILVA - REGIONAL DE PIRACICABA  
PEDRO NEWTON ROTA - REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE  
LUZIA GRANDOLO SILVA - REGIONAL DE REGISTRO  
FRANCISCA TEREZA MARTIN DOS SANTOS - REGIONAL DE SANTOS  
MARIA INÊS FERRARI SARTORI - REGIONAL DE SÃO CARLOS  
MARCOS ANTONIO MONTEIRO - REGIONAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA  
AÉCIO DE ALMEIDA NÓBREGA - REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
IARA LÉA MARINHO DE CARVALHO - REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
MÁRIO BIAZZI - REGIONAL DE SOROCABA  
ARMANDO PAVANELLI - REGIONAL GRANDE SÃO PAULO, REGIÃO NORTE  
DULCE JUNQUETTI - REGIONAL GRANDE SÃO PAULO, REGIÃO SUL  
MILTON MONTEIRO DA SILVA - REGIONAL GRANDE SÃO PAULO, REGIÃO LESTE  
PAULA BENARDETE BRUNO - REGIONAL GRANDE SÃO PAULO, REGIÃO OESTE

### DELEGADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CLEITON DE OLIVEIRA – DME DE SANTA BÁRBARA DO OESTE  
LEOVIGILDO DUARTE JÚNIOR – DME DE SUMARÉ  
ENILDO GALVÃO CARNEIRO PESSOA – REGIONAL E DME DE CAMPINAS  
CLEUSA PIRES DE ANDRADE – REGIONAL DE CARAGUATATUBA E DME DE UBATUBA



# As preocupações da gestão

## Merenda Escolar

O Decreto 23.632/1985 transferiu o fornecimento da merenda escolar do Estado para os Municípios. A intenção foi de contribuir para a melhoria da qualidade e da diversificação da merenda, além de incentivar a produção local de alimentos.

Os municípios que assinaram o convênio com o Estado começaram a ter dificuldades financeiras para manter o programa, pois em menos de dois anos, não tinham como cumprir as obrigações conveniadas, já que o repasse do Estado não era suficiente para cobrir os custos.

A Undime-SP instituiu uma Comissão que elaborou um documento com as observações e solicitações a ser entregue ao Governo do Estado, solicitando a reavaliação de alguns artigos do Decreto, principalmente os que se referiam ao valor do repasse *per capita*. Nesta questão, a entidade recebeu o apoio da Associação Paulista de Municípios (APM), entregando o documento com as análises e observações feitas, para que os prefeitos tivessem base de estudos para a tomada de decisão.

## Municipalização do 1º Grau

A Municipalização do Ensino de 1º Grau da Zona Rural proposta pelo Estado tratava da transição para a municipalização do ensino de primeiro grau a partir das escolas rurais. A Undime-SP nomeou uma Comissão para analisar a proposta, formada por: Cleuza Pires de Andrade, Iara Léa Marinho de Carvalho, Jane Shirley E. Pranstretter, Consuelo T. F. Gonçalves, Maria Rita A. Bilotta, Mary Ann M. C. Rondas e Flórida Fernandes.

A Comissão da Undime-SP concluiu que por se tratar de um processo de descentralização, era necessária a concretização da Reforma Tributária e o cumprimento de etapas de adaptação até a elaboração do Plano ou Proposta Municipal. A Undime-SP realizou um mapeamento da situação das redes municipais o que possibilitou a avaliação das condições reais de cada município para gerir a rede básica, bem como orientar os prefeitos quanto à viabilidade, ou não, da municipalização.

## Salário Educação

A Undime-SP elaborou um estudo acerca da utilização dos recursos do Salário Educação e outras implicações, sendo responsáveis por tal análise, Marilene

Mussi Guimarães, de Marília; Raymi Oliveira Baptista Pereira, de Bauru; e, Enildo Galvão Carneiro Pessoa, de Campinas.

O grupo constatou que houve aumento dos anos de escolarização e, conseqüentemente da alíquota,

## O primeiro boletim informativo

O boletim foi realizado com a assessoria da Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, órgão da Secretaria do Interior. O primeiro exemplar foi feito no mês de setembro de 1987, e foi elaborado pelo Conselho Editor formado por Armando Pavanelli, Dulce Junquetti, Leovigildo Duarte Jr, Milton Monteiro da Silva, Odracir José Caminada, e pelo Jornalista: J. L. V. Carmo. Em seu conteúdo, o boletim trouxe informações referentes à Municipalização, Merenda Escolar, Salário Educação e a história da fundação da Undime-SP.



permitindo um período de permanência maior dos filhos dos empregados e de outras crianças nas escolas; ocorreu a utilização de mecanismos que possibilitaram o recolhimento da diferença relativa à defasagem de alunos; aumento gradativo dos repasses feito pelo MEC aos Estados, que passaram a receber dois terços da arrecadação; e, a destinação de no mínimo 25% dos recursos próprios do FNDE para apoiar programas municipais e intermunicipais de desenvolvimento do ensino de 1º grau.

Após a conclusão do estudo, o grupo propôs que o Salário Educação fosse recolhido sobre o faturamento das empresas e não sobre a folha de pagamento; a revisão do Sistema de Manutenção de Ensino, para que fosse feito justiça às escolas públicas oficiais; transparência dos critérios de aplicação da quota federal e quota estadual do Salário Educação; e, a necessidade de se respeitar à decisão dos municípios quanto à aplicação dos recursos provenientes do Salário Educação.

## Situação da Educação Municipal

Em parceria com a CEFAM, a Undime-SP realizou a pesquisa “A Educação nos Municípios Paulistas”, para conhecer a realidade educacional dos municípios. Foram mobilizados 44 agentes regionais, conselheiros da Undime-SP e dirigentes municipais de educação, além de alguns prefeitos, para que todos os 572 municípios paulistas, existentes na época, pudessem relatar seus problemas e preocupações.

Após análise dos dados a Undime-SP passou a classificar os municípios paulistas quanto ao porte, à localização regional e à condição urbana ou rural da área considerada. A pesquisa também analisou o perfil do dirigente municipal de educação: nível de formação, idade e situação funcional.

## PRIMEIRA DIRETORIA EXECUTIVA 1987 A 1989

### PRESIDÊNCIA

CLEUZA PIRES DE ANDRADE  
DME DE UBATUBA

### VICE-PRESIDÊNCIA

IARA LÉA MARINHO DE CARVALHO  
DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### TESOURARIA

MILTON MONTEIRO DA SILVA  
DME DE POÁ

### SECRETARIA GERAL

MAGALI CAMARGO CARDOSO  
DME DE JUNDIAÍ

### LEMA DA GESTÃO

**DEFESA DOS INTERESSES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL E  
A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA  
DE QUALIDADE COMO DIREITO DE TODOS.  
ESTÁ É A MISSÃO DA UNDIME-SP**

# REGIME DE COLABORAÇÃO

## União, Estados e Municípios

### *A municipalização da Pré-escola e do Ensino Fundamental*

**A** Constituição Federal de 1988 definiu as competências e o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios.

Era preciso, portanto, maior interlocução clara entre Estados e Municípios, visando definir conjuntamente os objetivos e ações coordenadas na perspectiva de transformar a realidade educacional em todo o País. O regime de colaboração sempre gerou polêmica pela ausência de clareza para definir as responsabilidades de cada ente federado. As relações entre Estado e Municípios eram conflitantes em diversos aspectos na época em que muitas mudanças ocorriam na política nacional.

Para minimizar esse conflito a Undime-SP realizou um debate com os municípios acerca dos projetos de educação do Estado. As considerações do debate foram organizadas pelos DMEs de Limeira, Sorocaba e São Paulo, em um documento denominado “Considerações da Undime sobre as relações Estado-Município – Documento 1”, redigido em 21 de junho de 1991.

#### **Principais pontos do Documento 1**

A Undime-SP sugeriu a necessidade da elaboração de um diagnóstico referente as propostas para a Rede Estadual de Ensino ante à perspectiva de municipalização. A entidade analisou as iniciativas e projetos da educação paulista em que as relações entre o Estado e os Municípios eram conflitantes.

A falta de integração resultou na proliferação de programas coordenados pelo Estado, que desconsideravam as reais necessidades locais e implicando na progressiva transferência das responsabilidades de recursos financeiros, técnicos e humanos, do Estado para o Município.

Os programas eram: Profic, Promdepar, Transporte e Merenda Escolar, Municipalização da Construção de Prédios Escolares e o Termo de Cooperação Intergovernamental (TCI).

No caso da merenda, o desequilíbrio da parceria resultou com os municípios arcando com 90% das despesas, além da infraestrutura. Já no caso da municipalização do ensino, a descentralização representou a liberação insuficiente de recursos por parte do Estado e pequena expansão da rede física.

O TCI – Decreto Estadual nº 32.392/1990 - reforçou o princípio de decretar medidas que implicavam maiores gastos e responsabilidades aos municípios sem prévia consulta e de forma padronizada, não considerando diferenças locais e regionais.

A municipalização da Pré-Escola e do Ensino Fundamental – art. 211 da Constituição - gerou déficit para a maioria dos municípios paulistas que tinham como prioridade o atendimento para essas duas etapas de ensino. A Pré-Escola consumia os 25% da arrecadação de impostos e transferências e o Ensino Fundamental apresentava uma demanda muito

grande, dificultando o atendimento dos municípios.

O art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição fixou o prazo de dez anos para a erradicação do analfabetismo e a universalização do Ensino Fundamental. Na época, segundo o Documento 1, havia cerca de 2,5 milhões de analfabetos no Estado de São Paulo, entre jovens e adultos.

A Undime-SP pediu o equacionamento das ações para que a universalização do Ensino Fundamental e a erradicação do analfabetismo pudessem ser alcançados no tempo previsto pela constituição. Solicitou ainda, o estabelecimento de convênios específicos, claros, precisos e pontuais, a partir das necessidades reais de cada município para realização das metas.

Ressaltou que tais ações implicariam em reconhecer e valorizar o papel articulador e integrado do Governo Estadual, pois do contrário, a relação passaria a ser direta entre municípios e a União, gerando o clientelismo. A entidade priorizava a articulação com o Estado, na qual reside a identificação das necessidades, a definição de prioridades e o planejamento de ações.

Outra proposta importante feita pela Undime-SP ao Estado, foi a realização de um Censo Escolar. O censo fundamentaria os procedimentos necessários e ofereceria as referências para direcionar a elaboração de um Plano Estadual de Educação com a participação do poder público e da sociedade civil. Essa proposta tinha o apoio do Secretário Estadual de Educação.

O Documento 1 deixou claro que a Undime-SP julgava prematura qualquer decisão de municipalização sem que a questão da parceria Estado e Município, estivesse pactuada ante as prioridades constitucionais. Para a entidade, era preciso primeiro erradicar o analfabetismo, diminuir a repetência e a evasão escolar, e ter a possibilidade de garantir o acesso à escola para milhares de crianças e jovens, e só depois discutir competências ou transferências de redes de ensino.

No entender da Undime-SP, sem tais providências, haveria o desperdício de recursos humanos e materiais, que implicariam diretamente na questão dos repasses financeiros, já que a descentralização do ensino propunha a formação profissional para o quadro técnico e administrativo, além da necessidade de uma estrutura que pudesse assegurar a qualidade e a unidade do ensino em todo o Estado.

#### **REGIME DE COLABORAÇÃO (vigente em 1991 - CF)**

**Art. 211.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, organização em regime de colaboração e seus sistemas de ensino.

**§ 1º** - A União organizará e financiará o Sistema Federal de Ensino e o dos territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

**§ 2º** - Os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Pré-escolar.

# Fatos marcantes da gestão

## Tribunal de Contas

Realização de parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para tratar da fiscalização das verbas educacionais e do uso constitucional. Este diálogo com o TC/SP, resultou em Moção da Undime-SP, questionando a destinação de verbas para o cumprimento do artigo 60 da Constituição Federal de 1988.

## PNAC

O Programa Nacional de Alfabetização Cidadã (PNAC), implantado em 1990, também foi alvo de análise e questionamento por parte da Undime paulista. O custo por aluno adulto e o repasse efetuado pela União eram conflitantes, tendo os municípios que arcar com a diferença.

## Conselho Estadual de Educação

Solicitação ao Secretário Estadual de Educação de São Paulo, da possibilidade de se ter um representante da Undime-SP no Conselho Estadual de Educação de São Paulo, que na época estava passando por uma reformulação. Os indicados da Undime-SP para o Conselho Estadual foram: Célia Maria Vieira, Iara Lúcia Dias da Silva, Maria Cecília C. Ferreira.

## Undime Nacional

Os Presidentes Estaduais da Undime passaram a ser considerados como membros natos da Undime Nacional. Todas as seccionais deveriam se organizar com os respectivos DMEs de seus estados. Os Presidentes Estaduais participaram do Fórum em Defesa da Escola Pública e foram convocados a irem ao Congresso Nacional e defender a aprovação da LDB.

No IV Fórum Nacional da Undime, os representantes paulistas refletiram acerca da necessidade de se pensar a respeito da própria representação da Undime-SP em relação aos órgãos públicos e os demais entes federados. Esse repensar da entidade, incluía análise para reformulação do estatuto da Undime-SP, que possuía pontos conflitantes. Além disso, a seccional paulista solicitou à Undime-RS auxílio para as questões contábeis da entidade.

**Representantes da Undime-SP junto à Undime Nacional:** Herb A. Carlini, presidente da Undime-SP e DME de Americana; e os suplentes George Winnik, DME de São Bernardo do Campo, e Terezinha de Jesus Godoy Souza, DME de Assis.

## Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Por conta do decreto da SEE referente à Educação e Escola Padrão, a Undime-SP elaborou um documento baseado nas análises feitas acerca do decreto. Neste documento, a entidade observou que as perspectivas da municipalização do ensino ainda continuavam e constatou que a cooperação do Estado com os Municípios não era baseada em termos técnicos ou por análises de demonstrativos demográficos. Desta forma, constatou-se que as despesas cobertas pelo Estado não poderiam ser as que ultrapassassem aos 25% ao ensino de primeiro grau.

Tais observações acerca da discussão das verbas estaduais estavam presentes no Documento 1 da Undime-SP, assim como a solicitação para que se definisse as necessidades e as prioridades para cumprir as metas constitucionais em relação à municipalização do Ensino Fundamental e à Erradicação do Analfabetismo.

A Undime-SP divulgou um documento com as análises referente à Educação e Escola Padrão, assim como o Documento 1 da entidade, junto à Frente Nacional dos Prefeitos, à Associação de Municípios do Vale do Paraíba (CODIVAP) e à Associação Paulista de Municípios (APM), com a intenção de sensibilizar os prefeitos quanto aos problemas da municipalização na relação Estado-Município.

## Descentralização

Uma das marcas importantes da gestão foi a descentralização das Reuniões Ordinárias da Undime-SP. A Iniciativa se deu durante o mandato do Presidente Herb Antonio da Silva Carlini, que presidiu a entidade de 1991 a 1992. A primeira reunião fora da Capital Paulista foi realizada na Associação Comercial e Indústria do Município de Assis, no dia 15 de maio de 1991. A descentralização objetivou facilitar o acesso de mais dirigentes municipais às reuniões da entidade.

### COMISSÕES DA GESTÃO

A Undime-SP nomeou comissões formadas pelos Secretários Municipais de Educação filiados à entidade, para atuar junto aos órgãos oficiais e aos demais entes federados.

Desta forma, pode-se garantir a manutenção do diálogo democrático tão necessário ante as novidades educacionais da época. As comissões trataram da alfabetização, da municipalização, da merenda, da gestão estratégica da SEE, do Censo Escolar, entre outros temas relevantes.

Além das comissões, a Undime-SP formou o Núcleo de Ação Estratégica com o intuito de melhorar a relação entre os Municípios e o Estado, atuando junto à Secretária da Educação do Estado de São Paulo como interlocutora.

O Núcleo visava à política de recuperação da escola pública.

### DIRETORIA EXECUTIVA 1990 A 1991 E 1991 A 1992

#### PRESIDÊNCIA

1990

NEWTON ANTONIO PACIULLI BRYAN  
DME DE CAMPINAS

1991 A 1992

HERB ANTONIO DA SILVA CARLINI  
DME DE AMERICANA

#### VICE-PRESIDÊNCIA

1990

GEORGE WINNIKI  
DME DE DIADEMA

1991 A 1992

TEREZINHA DE JESUS GODOY SOUZA  
DME DE ASSIS

#### TESOURARIA

1990

JOSÉ RODRIGUES BRANCO  
DME DE MARÍLIA

1990 A 1991

VERA MARIA ALMEIDA RODRIGUES DA COSTA

DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

1992

SOLANGE VILLON KOHN PELICER

DME DE CAMPINAS

#### SECRETARIA GERAL

1990 A 1991

MARIA SELMA DE MORAES ROCHA  
DME DE SÃO PAULO

1992

MÁRIO SÉRGIO CORTELLA

DME DE SÃO PAULO

**LEMA DA GESTÃO**  
**ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA**  
**DE QUALIDADE**  
**É POSSÍVEL E NECESSÁRIA**

# MUNICIPALIZAÇÃO

## A autonomia municipal

### *Mudanças que impactaram a gestão da rede de ensino público*

A questão da autonomia municipal ocorre desde a época do Brasil Imperial. Mas foi na Constituição Federal de 1988 que os Municípios passaram a ser considerados como entes federativos.

O modelo de federalismo brasileiro tornou-se inovador ao colocar os Municípios no mesmo grau de autonomia dos Estados e da União, com autogoverno, autolegislação e autoadministração. Desta forma, as leis orgânicas de todos os municípios começaram a ser aprovadas pelas Câmaras Municipais.

Quanto à Educação, a autonomia municipal propiciou a mudança de responsabilidades de níveis e modalidades de ensino dos Estados para os Municípios, como no caso do Ensino Fundamental e da Erradicação do Analfabetismo.

Apesar de a Constituição de 1988 adotar o modelo de federação tripartite e cooperativismo, a regulamentação referente às responsabilidades de cada ente federado, não ficou clara, e os municípios passaram a arcar com os déficit humanos e financeiros para cumprir as metas legais.

O início dos anos 1990 foi marcado por muitas alterações nas leis educacionais, principalmente no que se refere aos repasses da União e dos Estados para custearem as ações dos Municípios em prol da Educação de Qualidade.

Destacamos em 1994, o lançamento do Plano Real, que estabilizou a política econômica brasileira nos anos vindouros, sendo que, seus efeitos perduram até os dias de hoje. Outro destaque importante

da época foi a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, iniciada em 23 de outubro de 1995 com o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 233/95 e finalizado em 12 de setembro de 1996 como Emenda Constitucional (EC) 14/96.

### **Undime-SP e as Relações Estado-Municípios**

A discussão referente à municipalização do Ensino Fundamental foi tema de muitas reuniões da Undime-SP. Era preciso orientar os Dirigentes Municipais quanto às novas regras de gestão educacionais e suas consequências.

A entidade promoveu palestras e encontros para rearticulação da Undime-SP a nível estadual, a descentralização causada pela municipalização, as parcerias, os financiamentos, enfim, abriu amplo debate para refletir acerca dos prós e contras da municipalização do ensino, baseado em dados estatísticos.

Além disso, a Undime-SP esteve presente em encontros com delegados do MEC e com membros da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, mantendo um dos propósitos da entidade que é o de manter vivo o diálogo com os entes federados.

Desta forma, os fundos criados para repassar verbas da União e dos Estados aos Municípios tornaram-se fontes estratégicas com o intuito de se alcançar a equidade, consolidar e aprimorar o regime de colaboração e garantir a autonomia dos entes federados.

### **FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**

Os anos 1990 marcaram, também, o auge da globalização que incentivou o debate público em todo o mundo, no sentido de se realizar o ajuste fiscal dos países.

O Brasil iniciou em 1995, a reforma do Estado por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), lançado em novembro, sinalizando a favor da centralização da coordenação e da descentralização da execução.

É este contexto que inspirou a concepção do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF.

A PEC 233/95 previa a definição da responsabilidade dos diferentes níveis de governo, o atendimento das necessidades educacionais referentes à obrigatoriedade da educação fundamental, a criação do FUNDEF e, estabelecimento da autonomia das universidades e demais instituições de ensino superior e de pesquisa.

Para se chegar até o resultado final – EC 14/96, a construção do FUNDEF contou com a colaboração de organizações civis, além de parlamentares, representantes do poder executivo federal e dos gestores educacionais dos estados e dos municípios.

A Undime Nacional levou a contribuição de suas seccionais participando de diversas audiências públicas, colocando-se favorável ao inteiro teor da PEC 233/95.

Em dezembro de 1996, a Lei nº 9.424 regulamentou o FUNDEF, mas com vetos presidenciais e implantação automática a partir de 1998.

A mobilização das organizações civis reagiu aos vetos presidenciais e em 28 de janeiro de 1997, a Undime Nacional encaminhou o documento “Posicionamento da UNDIME contrário aos vetos do Presidente da República, aos dispositivos da lei 9424 de 14/12/1996, que dispõe sobre o FUNDEF”.

No documento encaminhado ao relator do projeto que transformou o FUNDEF em lei, a Undime destacou o consenso que imperou para a formulação da lei, ressaltando em seus argumentos ser contrária aos vetos.

Os recursos do FUNDEF deveriam ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e na valorização de seu Magistério. A distribuição considerava a proporção de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas.

Ao Ministério de Educação e do Desporto – MEC – ficou determinado a realização de censo educacional anual cujos dados constituiriam a base para fixar a porcentagem dos impostos a ser destinada ao FUNDEF.

Só a partir de 1998, é que a distribuição iria considerar a diferenciação de custo por aluno, de acordo com os níveis de ensino e tipos de estabelecimentos.

# Editorial do Informativo 01/95

Prof. Oswaldo José Fernandes – Presidente da Undime-SP (1994 a 1996)

“A Undime-SP, nesses últimos dois anos, tem se constituído, com muita dificuldade é verdade, num fórum permanente à serviço dos interesses do DMEs.

A nossa entidade procurou, ao longo desses dois anos, resgatar o papel político do Secretário Municipal de Educação ao mesmo tempo em que jamais abandonou sua luta maior, ou seja, a defesa intransigente de uma escola pública de qualidade.

A Undime-SP tem procurado participar, por indicação da Nacional, de todos os eventos da agenda da Educação consignada nas propostas constantes do Plano Decenal de Educação ou mesmo Conferência Nacional de Educação.

Tivemos do ponto de vista político, um relacionamento difícil ou quase inexistente com o Governo anterior do Estado de São Paulo.

Neste momento, a entidade precisa e deseja ser a interlocutora dos municípios junto ao Governo de São Paulo, especialmente, no que tange à Secretaria de Estado da Educação.

A Undime-SP tem em seu pluralismo um dos pontos importantes de sua atuação política. Todas as nossas decisões têm sido fruto de sempre ser a expressiva vontade da maioria. Eventuais diferenças ou diver-

gências, longe de se constituírem em obstáculos, têm sido o referencial catalisador de nossas vontades e têm garantido um salto de qualidade nas nossas relações possibilitando, dessa maneira, o amadurecimento e o alargamento de nossas bases de atuação.

A Undime-SP caminha para ser uma entidade forte e que, onde quer que esteja, ao falar, represente efetivamente a postura de ampla maioria de nossos filiados.

A nossa relação com o Governo de São Paulo terá que se dar no campo das ideias, dos programas e dos projetos, garantindo o respeito mútuo das duas instâncias de Governo onde o entendimento seja a pedra angular de nossos propósitos sem que isso, de maneira alguma, possa significar capitulação de quem quer que seja.

A nossa entidade nunca ficou na crítica banal. Sempre vigilante e carregando o firme propósito de responder com muita seriedade e segurança as coisas que acontecem com a Educação nos municípios.

A Undime-SP não pactuará com medida nenhuma que venha de cima para baixo. Deseja a discussão transparente, ainda que conflituosa.

Isso é da DEMOCRACIA”.

## PRINCIPAIS TEMAS DEBATIDOS

Projeto da LDB e Salário-Educação

Planos Municipais de Educação e Plano Decenal de Educação para Todos (competência e papéis do governo e da sociedade civil) MEC – UNICEF – Enap

Merenda Escolar – Lei 8.666/93 – envio inadequado dos gêneros pelo Governo do Estado e a redação de documentos e consulta ao Tribunal de Contas acerca dos gastos com a Merenda dentro dos 25%

Implementação dos Conselhos Municipais de Educação e do Conselho Municipal de Alimentação (IBAM)

Política da Educação Infantil (articulações)

Proposta da CNTÉ e do CONSED apresentadas no Fórum do Magistério

Pacto pela valorização do Magistério e Qualidade de Ensino

Assento da Undime-SP no Conselho Estadual de Educação

Conselho Federal de Educação e Conselho Estadual de Educação

Avaliação CAICs e CIACs

Gestão Colegiada Undime/Secretaria de Estado de Educação

Relatório Estadual SP – Plano Decenal de Educação para Todos (agosto/94)

Ofício à SEE, relatando fatos e solicitando debate democrático com a Undime-SP

Repasse de verbas (Governo Federal e Estadual)

Moções: solicitando o encaminhamento das negociações para resolução da greve dos professores estaduais; à SEE referente à Formação da Comissão Tripartite e Repasse da Merenda Escolar.

## UNDIME NACIONAL

Em 1994, Maria Helena Guimarães de Castro, Presidente da seccional paulista, foi eleita Presidente da Undime Nacional. Maria Helena assinou o documento final dos trabalhos da 1ª Conferência Nacional de Educação, que estabelecia as prioridades nacionais da política educacional brasileira, com ênfase na valorização do magistério, compromisso com a universalização do acesso ao Ensino Fundamental, expansão da Educação Infantil e do Ensino Médio, e Erradicação do Analfabetismo.

## DIRETORIA EXECUTIVA 1993 A 1994 E 1995 A 1996

### PRESIDÊNCIA

1993 A 1994

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

DME DE CAMPINAS

1994 A 1996

OSWALDO JOSÉ FERNANDES

DME DE JUNDIAÍ

### VICE-PRESIDÊNCIA

1993

MARIA SIRLEY DOS SANTOS

DME DE SANTOS

1993 A 1994

OSWALDO JOSÉ FERNANDES

DME DE JUNDIAÍ

1994 A 1996

LISETE REGINA GOMES ARELARO

DME DE DIADEMA

### TESOURARIA

1993 A 1996

ADENIR TEREZINHA SVERSUT SALLES

DME DE ARAÇATUBA

### SECRETARIA GERAL

1983 A 1995

MÁRCIA GALLO

DME DE SÃO CAETANO DO SUL

1998

MARIA HELENA REZENDE VANVEEN

DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

LEMA DA GESTÃO  
RENOVAÇÃO & INDEPENDÊNCIA

# CRECHES: NOVO DILEMA

## Do assistencialismo à Educação Infantil

### *Nova LDB insere as creches na Educação Municipal*

**A** Lei 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação – trouxe uma nova polêmica para a rede municipal de educação. Em seu artigo 11, inciso V, passou a responsabilidade da oferta de Educação Infantil em creches e Pré-escolas para os municípios.

Um novo desafio para os dirigentes municipais que tiveram de providenciar a adaptação das unidades escolares e a capacitação dos profissionais de educação, além de elaborarem projetos pedagógicos para receberem a nova demanda.

No II Fórum Estadual realizado em março de 1998, a Undime-SP distribuiu uma cartilha contendo o referencial circular nacional para Educação Infantil, tratando da estrutura do documento, do âmbito de experiências, da evolução do atendimento, do número de estabelecimentos no País, o número de funções docentes do país, a situação atual das crianças de zero a seis anos divididas por grupo de idade e frequência à creche ou Pré-escola, e o percentual de matrículas da Pré-escolar por dependência administrativa.

Com a nova LDB os municípios precisaram tomar providências urgentes para adequar os Sistemas de Ensino Municipais, incluindo a autorização do funcionamento das Escolas de Educação Infantil da rede privada.

Durante o Fórum Estadual de 2000, a Undime-SP realizou encontro dos dirigentes municipais com

conselheiros do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação para falar da nova legislação.

Os presentes foram orientados de que as escolas de Educação Infantil deveriam concluir com clareza o projeto pedagógico a participação de todos os educadores na elaboração da proposta, disponibilizando o projeto para as famílias que desejassem conhecê-lo.

Com a nova LDB os municípios precisaram tomar providências urgentes para adequar os Sistemas de Ensino Municipais, incluindo a autorização do funcionamento das escolas de Educação Infantil privada.

Ficou assegurado aos dirigentes que enquanto os municípios não tivessem estrutura para dar conta dessas funções, poderiam entrar em acordo com as Diretorias Regionais de Ensino para atender as exigências legais.

A nova lei previu o regime de articulação, cooperação entre Estado e Municípios, e a formação mínima para os professores da Educação Infantil na modalidade normal até 2006.

A LDB garantiu, assim, a gratuidade da oferta das creches e a finalidade da Educação Infantil: o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

## O SUCESSO DA MUNICIPALIZAÇÃO PAULISTA

A participação da Undime-SP no processo de municipalização do Ensino Fundamental no Estado foi de suma importância.

A entidade manteve o diálogo democrático com a SEE, viabilizando o bom andamento dos trabalhos e o relacionamento dos municípios com o Governo Estadual durante a municipalização.

Com o acompanhamento de uma equipe da SEE, o processo iniciou-se na região de Bananal e se estendeu por todo o Estado.

O entrave maior enfrentado pelos dirigentes paulistas era a questão dos profissionais de educação da rede estadual que passaram a prestar serviços aos municípios. Era preocupante a situação em relação a salários, aposentadoria e outros benefícios, que poderiam ser perdidos pela

categoria.

Aguardava-se, no ano 2000, que um Decreto Estadual pusesse fim a todas as angústias da categoria ante a municipalização, regulamentando a situação funcional dos docentes.

Em reunião da Undime-SP datada em 18 de maio de 2000, os dirigentes municipais presentes, determinaram a elaboração de um documento reivindicando a agilização de um estudo aprofundado acerca da questão dos profissionais de educação do

Estado, bem com da publicação de legislação pertinente.

O documento seria encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – DRHU/SEE.

Na mesma reunião, os presentes destacaram a importância da amizade que se estabeleceu entre os municípios e do bom atendimento que a Undime-SP havia dado aos representantes municipais.

### SEDE PRÓPRIA DA UNDIME-SP

Com os resultados alcançados desde sua criação, a entidade ampliou o seu campo de ação mantendo o bom relacionamento com a SEE e demais órgãos governamentais, facilitando o acesso dos DMEs na resolução de vários entraves educacionais. Com isso, a necessidade de sede própria era uma questão urgente a ser resolvida e iniciou-se o processo para a aquisição de uma sala, sede da Undime-SP.

Em 08 de novembro de 2000, a Undime-SP concretizou as negociações e a entidade passou a ter sua primeira sede própria na Rua Barão de Itapetinga, nº 297 – conjunto 906, no centro da Capital Paulista.

# Ações importantes da gestão

## Realizações

A diretoria regulamentou a documentação da Undime-SP, a matrícula informatizada, adquiriu telefones, computador, impressora e fax, contratou funcionários, e instituiu a anuidade. A Undime-SP conquistou representação junto ao Conselho Estadual do FUNDEF e ao Conselho Estadual de Educação.

Além disso, a entidade promoveu diversos encontros estaduais, capacitações para Conselhos Gestores, capacitação PRASEM realizada na PUC/SP, capacitação do CENPEC em parceria com a UNICEF, capacitação em parceria com a VITAE/INDEPE e VITAE, SENAC e CENPEC.

## Nova divisão das Regionais

Em 1999, os dirigentes municipais filiados à Undime-SP realizaram uma análise do Estatuto que foi reformulado em agosto de 1997, e decidiram alterar a divisão das regionais que integravam a entidade. Desta forma, o número total de regionais passou para 59, sendo 54 regionais no interior do Estado, 4 regionais da Grande São Paulo (ABCD, Norte, Leste e Oeste) e 1 regional da Capital.

## Educação no Estado

A Undime-SP realizou uma análise profunda da situação e do desenvolvimento da Educação no Estado e nos Municípios.

## Cadastro Municipal

Com o intuito de conhecer melhor a realidade de seus filiados, a Undime-SP realizou pesquisa junto às Prefeituras acerca de seus projetos e programas que já estavam em andamento e os que estavam previstos para os próximos anos. Após a coleta das informações, a entidade distribuiu e divulgou os resultados a todos os participantes. Uma ação muito profícua que ajudou na tomada de decisões dos gestores da época.

## FUNDEF

Os dirigentes municipais deliberaram acerca de suas preocupação com o FUNDEF referente a durabilidade pré-determinada do Fundo, já que a municipalização estava embasada em um artigo das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 e do FUNDEF. A Undime-SP entendia que o fundo deveria ser reelaborado e mantido, ao findar o seu prazo de vigência que seria em 2006, passando a trabalhar em prol da manutenção do FUNDEF.

## Orientação aos DMEs

A Diretoria da entidade elaborou uma série de apostilas contendo as informações pertinentes às principais mudanças educacionais que ocorreram na época, trazendo legislações, divulgando experiências, orientações para fóruns e capacitações. Foram 22 apostilas impressas e distribuídas aos seus afiliados.

## Salário Educação

A Undime-SP era favorável à aprovação da Lei sobre Aplicação do Salário Educação (QESE) que se encontrava na Assembléia Legislativa.

O Salário Educação (Lei 9766/98) estava previsto na Constituição de 1988 como uma fonte adicional de recursos para o financiamento do Ensino Fundamental.

A arrecadação ocorria por meio de contribuição social das empresas vinculadas à Seguridade Social e o montante arrecadado era distribuído em quotas Federal e Estadual, para os Municípios.

O cálculo da contribuição era baseado na alíquota de 2,5% sobre o total de remuneração pagas ou creditadas pelas empresas, aos seus segurados empregados.

Com a criação do FUNDEF em 1996 – Lei 9424/96 – houve a descentralização da aplicação dos recursos em nível municipal com a definição prioritária de serem aplicados no Ensino Fundamental.

A redistribuição aos Municípios era de acordo com o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental nas respectivas redes de ensino, conforme as apurações feitas no exercício anterior, pelo Censo Educacional que era realizado anualmente pelo MEC. Os recursos poderiam ser utilizados na Educação Especial, desde que, vinculada ao Ensino Fundamental.

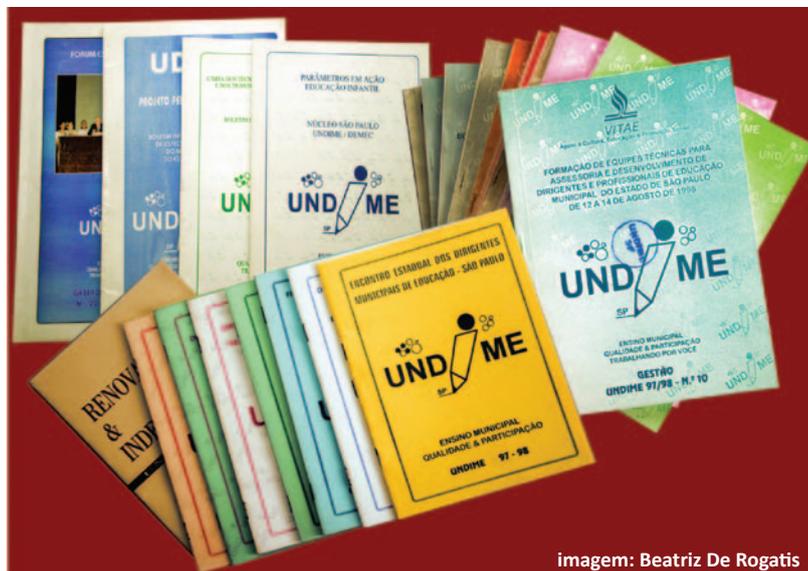


imagem: Beatriz De Rogatis

## DIRETORIA EXECUTIVA 1997 A 1998 E 1999 A 2000

### PRESIDÊNCIA

RUTE MARIA POZZI CASATI

DME DE DESCALVADO

### VICE-PRESIDÊNCIA

JOÃO ANTONIO VASCONCELOS

DME DE ITATIBA

### TESOURARIA

SHEIRLA KATZER BOVO

DME DE SOROCABA

### SECRETARIA GERAL

1997 A 1998

ODAIR MARQUES DA SILVA

DME DE HORTOLÂNDIA

1999 A 2000

NEIDE CÂNDIDO BRAZ DA SILVA

DME DE VARGEM GRANDE PAULISTA

LEMA DA GESTÃO  
NOSSA UNIÃO SERÁ A NOSSA FORÇA

# PEC-MUNICÍPIOS

## Valorização do Magistério

### Formação Superior para os Profissionais de Educação

O Programa de Educação Continuada (PEC Formação Universitária) foi elaborado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no ano de 2001.

Sua finalidade era habilitar em nível superior os docentes que já atuavam nas séries iniciais do Ensino Fundamental da rede pública estadual e que tinham a formação em nível (Magistério e Normal), ou sem a licenciatura plena.

O PEC foi instituído pelo Conselho Estadual de Educação sob o patrocínio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), do Governo de São Paulo.

O PEC-Municípios seguiu a mesma concepção do PEC Formação Universitária, com o objetivo de formar em licenciatura plena os professores efetivos das redes públicas municipais paulista e que estavam em pleno exercício da docência no Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

Foi desenvolvido por meio de convênio realizado com a Undime-SP e a FDE, recebendo apoio da Secretaria de Educação do Estado em parceria com Universidade de São Paulo – USP e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Com a duração de dois anos, a programação

do curso do PEC-Municípios foi delineada para o desenvolvimento de competências e habilidades: autonomia, auto-organização e criação de diferentes estratégias de aprendizagem. A metodologia utilizou diferentes ambientes de aprendizagem. Cerca de cinco mil alunos – professores – iniciaram o curso.

O PEC recebeu a adesão de 35 municípios para a primeira fase, com as atividades iniciadas em dezembro de 2002, antecipando o que já estava previsto na LDB: “formação em nível superior para todos os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental até o ano de 2006”.

O programa utilizou modernas mídias interativas por meio da ferramenta de aprendizagem *LearningSpace*, com conteúdo complementar para atender às peculiaridades do Programa.

Trabalhou com eixos temáticos para proporcionar maior integração das áreas do conhecimento, com o conteúdo para a Educação Infantil, elaborado pela USP e pela PUC/SP, responsáveis pela diplomação dos alunos. A duração do curso era de dois anos.

A Undime-SP montou uma central de informações para atender aos prefeitos, com o intuito de agilizar a adesão, ressaltando que a adesão não era critério para garantir a prioridade dos inscritos.

### Década de 1990 Programas para Educação

#### Governo Collor (1990-1992)

Programa Nacional de Material Escolar (PNME)

Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC)

Programa Setorial de Ação do Governo na Área de Educação

Projeto de Reconstrução Nacional (Projetão)

#### Governo Itamar (1992-1995)

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

Plano Decenal de Educação Para Todos

#### Governo Fernando Henrique (1995-2003)

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Programa Toda Criança na Escola

Programa de Renda Mínima

Programa de Aceleração da Aprendizagem

Projeto de Educação Básica para o Nordeste

Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF)

Plano Nacional de Educação (PNE)

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

### Lei de Responsabilidade Fiscal

Com o objetivo de melhorar a gestão pública, a Lei Complementar nº 101 promulgada em 04 de maio de 2000, estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na administração fiscal dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário - nas três esferas de governo – União, Estados e Municípios.

É uma lei que limita as despesas com o pessoal e com a dívida pública, obrigando um maior controle das receitas e dos gastos públicos.

#### Limites de gastos

O limite de gastos com pessoal para os municípios é de 60% da Receita Corrente Líquida. Caso esse limite seja ultrapassado, o governante deverá tomar medidas para regularização em até 8 meses, e se o limite não for respeitado, haverá punição. Os municípios deverão destinar à Educação, não menos que 25% de sua arrecadação, sendo que destes, 60% será utilizado para o financiamento do Ensino Fundamental e restante para financiar as demais etapas e níveis educacionais.

#### Sanções

As penalidades previstas na Lei são duas:

- as sanções institucionais para os gestores que não realizarem orçamentos competentes, terão suspensas as transferências voluntárias da União e dos Estados; para os gestores que excederem 95% do limite máximo de gastos com pessoal, terá suspensa a concessão de novas vantagens aos servidores, assim como a criação de cargos, novas admissões e contratação de horas extras, entre outras.

- as sanções pessoais estão previstas na Lei Ordinária 10.028/2000: os gestores poderão sofrer a perda de cargo, proibição do exercício de emprego público, pagamento de multas e prisão.

Por ser ano de eleições municipais, a implantação da lei no ano 2000 teve especial cuidado com as prefeituras. O Ministério do Planejamento e o BNDES desenvolveram um programa para auxiliar, principalmente, às pequenas prefeituras, distribuindo manuais e programas de informática para emissão automática dos relatórios que a lei estabelecia que fossem apresentados.

# Temas tratados na gestão

## Estatuto da Undime Nacional

A Undime Nacional promoveu algumas mudanças em seu Estatuto. Entre elas, destaca-se o texto que fala da representação das seccionais, que passou a ser feita por delegados cujo número total por Estado é equivalente ao número de Municípios. Esses delegados eram eleitos nos Fóruns Estaduais e representavam os seus respectivos Estados no Fórum Nacional da entidade.

## Estatuto Undime-SP

A Undime-SP alterou dois artigos de seu Estatuto. No artigo 12, determinou que o Presidente da Undime-SP fosse, obrigatoriamente, um dos Representantes Nacionais. No Artigo 19, determinou que o mandato do Conselho de Representantes fosse de dois anos, podendo ser reeleito.

## Educação Infantil

Os Dirigentes Municipais associados analisaram a importância dos municípios terem redes próprias para o atendimento à Educação Infantil. Tomaram como exemplo as ações realizadas pelo Município de Limeira em 1997, que atuando em conjunto com parcerias conseguiu melhorar o atendimento. A matrícula integrada e informatizada possibilitou agilidade no atendimento com redução de filas e eliminando muitos problemas que o município enfrentava na época. A troca de experiências durante as reuniões é uma particularidade da Undime-SP e demonstra o quão é importante que os Dirigentes mantenham-se sempre unidos em prol da melhoria da qualidade da educação.

## Formação em Nível Superior - Pedagogia

Em parceria com o Governo do Estado de São Paulo e a Fundação Vanzolini, a Undime-SP realizou convênio com a Universidade de São Paulo (USP), para a formação de cerca de 2000 professores das redes de ensino municipais. Foi a primeira vez que o Conselho Universitário da USP aprovou a realização de atividades à distância (UNESP e UNICAMP). A realização desta parceria proporcionou a elevação do nível de ensino nos municípios e todos os participantes receberam o reconhecimento de suas experiências no magistério.

## Orientação aos DMEs

Com tantas mudanças, as dúvidas dos Dirigentes Municipais eram muitas. Temas como Plano Municipal de Educação, Sistemas Municipais de Educação, Plano de Carreira, entre outros, necessitavam de esclarecimentos técnicos. Por isso, a Undime-SP contratou pessoal qualificado para oferecer as orientações necessárias aos seus afiliados.

## Realizações

Como fruto dos encontros e das reuniões descentralizadas, ocorreu a ampliação do número de sócios efetivos da entidade, fortalecendo as receitas e possibilitando a realização de novas ações.

A parceria com a Secretária da Educação do Estado de São Paulo, com reuniões e palestras, garantiu a participação direta da Undime-SP no processo de municipalização do ensino, propiciando a permuta de imóveis e valorizando efetivamente os municípios e a entidade.

Aquisição de móveis para a nova sede que foi adquirida na gestão anterior, e a elaboração do Jornal da Undime-SP, distribuído em todas as regionais.

## DIRETORIA EXECUTIVA 2001 A 2002

### PRESIDÊNCIA

VERA LÚCIA SCORTECCI HILST  
DME DE SÃO SEBASTIÃO

### VICE-PRESIDÊNCIA

#### 2001

STYVENSON NOBORU KOGA  
DME DE ARAÇARIGUAMA

#### 2002

JOÃO MEDEIROS DE SÁ FILHO  
DME DE TABOÃO DA SERRA

### VICE-PRESIDÊNCIA REGIONAIS

#### GRANDE SÃO PAULO

JOÃO MEDEIROS DE SÁ FILHO  
DME DE TABOÃO DA SERRA

#### INTERIOR

MARIA ISABEL GERALDO CALIO  
DME DE MOCOCA

#### SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GERAL

HELOÍSA HELENA BORGER FERNANDES GIANECCHINI  
DME DE BIRIGUÍ

#### SECRETARIA DE FINANÇAS

#### 2001

MARIA ISIS MONTEIRO DE BARROS MAGALHÃES PADILHA  
DME DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO

#### 2002

MARIA AMÉRICA DE ALMEIDA TEIXEIRA  
DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

#### SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO

ROSALINA YOSKO KAWAMOTO HONORATO  
DME DE CAMPO LIMPO PAULISTA

### VOGAIS

ANTONIO BENTO CALSEVERINI  
DME DE CEDRAL  
VERA MACIEL FERREIRA MORAES  
DME DE IGUAPE

MARIA GENY BORGES ÁVILA HORLE

DME DE MOGI DAS CRUZES

TAMAE ESTELA KINA MARTELE

DME DE RANCHARIA

MARIA AMÉRICA DE ALMEIDA TEIXEIRA

DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

JOÃO MEDEIROS DE SÁ FILHO

DME DE TABOÃO DA SERRA

### CONSELHO FISCAL

MARIA CRISTINA TURCI PEREIRA - DME DE TREMEMBÉ

MITSUO MARUBAYASHI - DME DE PARAGUAÇU PAULISTA

SILVIA ANDRÉA ROJES TOMAZIN - DME DE TRABIJU

### SUPLENTES

RICARDO DOS SANTOS ANTÔNIO - DME DE ATIBAIA

ZOEL GARCIA SIQUEIRA - DME DE GUARUJÁ

VERA LÚCIA M. PIMENTEL COSTA - DME DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

### CONSELHO NACIONAL DE REPRESENTANTES

VERA LÚCIA SCORTECCI HILST - DME DE SÃO SEBASTIÃO

FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA - DME DE SÃO PAULO

ROSALINA YOSKO KAWAMOTO HONORATO - DME DE CAMPO

LIMPO PAULISTA

### SUPLENTES

SUELY MOZARDO PINOTTI MARINO - DME DE POMPÉIA

ANEOR PERES GUSMÃO - DME DE ITARARÉ

### LEMA DA GESTÃO

ENSINO MUNICIPAL QUALIDADE E PARTICIPAÇÃO  
TRABALHANDO POR VOCÊ

# CUSTO-ALUNO-QUALIDADE

## Calculando o Valor da Educação

### Aplicação de um cálculo mais justo em prol da qualidade do ensino

**E**m 2002, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação iniciou o movimento para a construção e definição do custo-aluno-qualidade (CAQ) para a Educação Básica.

Esse cálculo influenciaria a construção das políticas públicas para financiar a educação brasileira, com a intenção de garantir o direito à educação de qualidade para todos. O custo-aluno-qualidade além de estar previsto na Constituição de 1988, integrava as deliberações da LDB, do FUNDEF e do PNE de 2001.

O tema qualidade de ensino, constante nas discussões educacionais no Brasil, implica na eficiência de um sistema educacional que defina o que deve ser ensinado, de que forma, em que condições, infraestrutura e qualificação dos profissionais que atuam na área em todas as etapas de ensino e em todos os departamentos da gestão escolar.

As referências de qualidade utilizadas pela Campanha, após longo e histórico estudo, entendeu que a qualidade em educação deveria ser um processo que gerasse sujeitos de direitos, de aprendizagem e de conhecimento, com inclusão cultural e social e investimentos financeiros em longo prazo, de acordo com as diversidades sociopolíticas e culturais, entre outras premissas.

#### Matriz do custo-aluno-qualidade

Consideravam-se como matriz, a qualidade oferecida nas etapas e modalidades de ensino, com os insumos necessários para essa qualidade, os recortes de equidade que impactavam a educação e as dimensões do processo ensino-aprendizagem.

#### Valorização dos Profissionais de Educação

As condições de trabalho, a qualificação e a remuneração dos profissionais de educação eram os insumos de maior peso no cálculo do CAQ, por ter a maior responsabilidade na aprendizagem dos alunos. O plano de carreira, o piso salarial, o aperfeiçoamento continuado, a progressão funcional por mérito, foram algumas das mudanças que a Constituição e a LDB determinaram para a valorização docente, que

influenciaram na melhoria da qualidade do ensino.

A intenção da Campanha era contribuir para que os investimentos públicos em educação fossem mais condizentes com a realidade educacional que a sociedade ansiava ter.

Com a mobilização social a pressão sobre os órgãos governamentais aumentou e as conquistas educacionais foram, paulatinamente, negociadas democraticamente e com mais transparências.

O custo-aluno-qualidade que era repassado aos municípios nos convênios firmados com os governos Estadual e Federal não era condizente com a realidade que a demanda educacional exigia. Boa parte dos municípios enfrentavam sérias dificuldades orçamentárias, arcando com déficit produzido pela irreabilidade dos cálculos governamentais.

O transporte e a alimentação escolar causavam muitas preocupações aos Dirigentes Municipais, pois era preciso atender a demanda municipal e, por convênio, a demanda estadual. Uma situação que rendeu muitas discussões, ofícios, parcerias, sem, no entanto, ser resolvida a contento e com rapidez.

As construções dos prédios escolares, ou adaptações, passaram a considerar o nível e a modalidade de ensino (salas que eram usadas para o Ensino Fundamental não serviriam para a Educação Infantil). Os equipamentos utilizados, o número de profissionais necessários, a distribuição aluno/turma, influenciavam também no cálculo do CAQ, delineando a necessidade de se padronizar a educação brasileira, em todos os sentidos.

Era preciso fazer valer a Constituição: “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205).

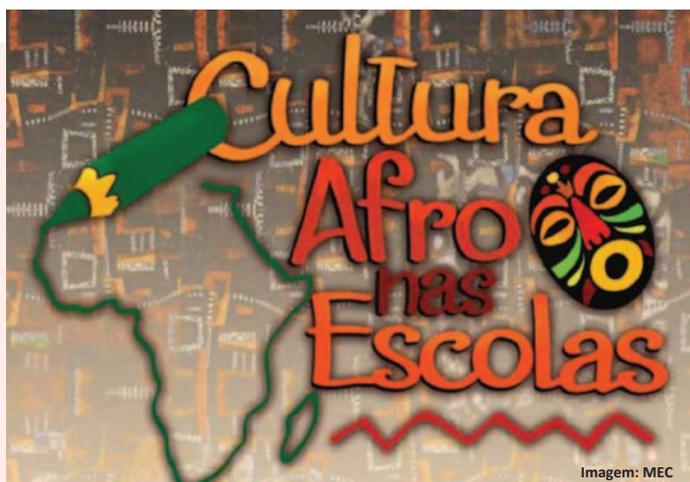
Considerando ainda, o processo de municipalização do Ensino Fundamental e a inclusão das creches na Educação Infantil, as dificuldades enfrentadas pelos Dirigentes Municipais não tinham apenas o caráter financeiro, mas incluía toda a logística para atender à nova demanda.

#### Lei 10.639: recontando nossa história

*Em janeiro de 2003, foi promulgada a lei 10.639, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio de todo o País.*

*No conteúdo programático, a lei previa o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, sendo ministrados em todo o currículo escolar, especialmente na Educação Artística e de Literaturas e Histórias Brasileiras.*

*O intuito da lei foi o de resgatar a contribuição e influência do povo africano na sociedade brasileira, em todos os aspectos presentes na História do Brasil.*



# Ações importantes da gestão

## Novas Secretarias

Alinhando-se ao Estatuto da Undime Nacional, duas novas secretarias passaram a compor a Diretoria Executiva da seccional paulista: Secretaria de Assuntos Jurídicos e Secretaria de Comunicação. Os dois novos cargos seriam preenchidos em 2005, na eleição da futura diretoria.

## Realizações

Para dar mais conforto aos associados, a entidade adquiriu novo mobiliário para a sala de reuniões, além de geladeira, computador, scanner, câmera digital e filmadora.

Com o crescimento do número de associados, pensou-se na aquisição da sala ao lado da sede da Undime-SP, ou procurar um outro local com instalações mais adequadas.

## Reuniões Itinerantes

Com o intuito de fortalecer e divulgar a entidade, no ano de 2004, iniciou-se as reuniões itinerantes da Undime-SP. Desta forma, muitos municípios passaram a compreender o importante trabalho realizado e o auxílio prestados aos DMEs nas questões educacionais.

## Sistema Municipal de Ensino

Os Dirigentes associados decidiram fazer levantamento dos municípios que tinham sistema autônomo de educação e dos que tinha regime de colaboração/parceria com o Estado.

Muitos dos municípios que optaram pela parceria não estavam tendo a participação do Estado em aspectos importantes do regime de colaboração como merenda, transporte, capacitação e recursos tecnológicos. Para auxiliar aos DMEs, a Undime-SP elaborou um modelo de lei municipal para a criação do Sistema Municipal de Ensino.

## MEC

A Undime-SP enviou ofício ao MEC repudiando o Governo Federal pelo corte de verbas da Educação e pelos valores fixados como mínimos para o FUNDEF nacional.

## Brasil Alfabetizado

A entidade instruiu aos DMEs para se inscreverem no Programa Brasil Alfabetizado, da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (MEC), que tinha por meta a alfabetização de 20 milhões de brasileiros com mais de 15 anos.

Em 2003, a Resolução 06/03, do MEC, estabeleceu orientações de diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito do Programa.

O Prêmio Escrevendo o Futuro, foi idealizado e patrocinado pelo Itaú Cultural e coordenado pela Undime-SP, em 2004. Foram mais de 1300 trabalhos encaminhados à entidade para a seleção dos finalistas.

## Melhoria da Educação

O Programa de Melhoria da Educação no Município selecionou os municípios com menos de 50 mil habitantes para a formação de multiplicadores do programa. Em parceria com CENPEC e com o apoio da Undime, o Programa atuava na formação e atualização de gestores municipais de educação, incluindo a elaboração do PME, desde 1999.



## DIRETORIA EXECUTIVA 2003 A 2004

### PRESIDÊNCIA

JOÃO MEDEIROS DE SÁ FILHO  
DME DE TABOÃO DA SERRA

### VICE-PRESIDÊNCIA

ANA TEREZINHA CARNEIRO NALETO  
DME DE LIMEIRA

### VICE-PRESIDÊNCIA REGIONAIS

#### GRANDE SÃO PAULO

ADMIR DONIZETI FERRO  
DME DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

#### INTERIOR

JOSÉ APARECIDO DURAN NETO  
DME DE VOTUPORANGA

### SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GERAL

MARIA AMÉRICA DE ALMEIDA TEIXEIRA  
DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### SECRETARIA DE FINANÇAS

ZOEL GARCIA SIQUEIRA  
DME DE GUARUJÁ

### SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO

#### 2003

RUTE MARIA POZZI CASATI  
DME DE DESCALVADO

#### 2004

MARIA ISOLINA CARVALHO E SILVA VENTURA  
DME DE IGUAPE

#### VOGAIS

ANTONIO CORNÉLIO MORAIS FILHO  
DME DE ILHABELA  
HELOÍSA HELENA BORGES FERNANDES GIANECCHINI  
DME DE BIRIGUI  
MARIA CECÍLIA AMARAL  
DME DE VALINHOS  
MARIA TEREZINHA DEL CISTIA  
DME DE SOROCABA

### CONSELHO FISCAL

LUIZ AUGUSTO GOMES  
DME DE CAJURU  
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA LANG  
DME DE OSVALDO CRUZ  
TEREZINHA DE JESUS G. SOUZA  
DME DE ASSIS

### SUPLENTES

MARIA JULIETA FARAH LANÇAS - DME DE BERTIOGA  
PAULO XAVIER ALBUQUERQUE - DME DE CARAPICUÍBA  
RICARDO DOS SANTOS ANTÔNIO - DME DE ATIBAIA

### CONSELHO NACIONAL DE REPRESENTANTES

JOÃO MEDEIROS DE SÁ FILHO  
DME DE TABOÃO DA SERRA  
DURCELI BRAZ  
DME DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA  
NEUZA MARIA CARONE  
DME DE LENÇÓIS PAULISTA  
ROSANI PUIA DE SOUZA PEREIRA  
DME DE MARÍLIA

### SUPLENTES

ANA TEREZINHA CARNEIRO NALETO  
DME DE LIMEIRA  
VERA LÚCIA SCORTECCI HILTS  
DME DE SÃO SEBASTIÃO  
TEREZINHA DE JESUS G. DE SOUZA  
DME DE ASSIS

**LEMA DA GESTÃO**  
**O PROCESSO É FRUTO DA UNIÃO**  
**ENTRE AS PESSOAS.**

# ENSINO FUNDAMENTAL

## Dos 6 aos 14 anos na escola

### *Ampliação altera a estrutura da educação municipal*

**D**esde 2004 já havia sinais que o Ensino Fundamental iria mudar a idade inicial e a duração da etapa de ensino. Após a promulgação da Lei 11.114, em 16 de maio de 2005, que determinou a obrigatoriedade do início do Ensino Fundamental aos 6 anos, alguns municípios brasileiros começaram o processo de mudança.

Com a Lei 11.274, promulgada em 06 de fevereiro de 2006, houve a alteração da LDB, estabelecendo a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade.

A intenção do MEC era assegurar que todas as crianças tivessem tempo mais longo na escola, com mais oportunidade de aprender e ensino de qualidade. A criança entrava com 6 anos para concluir a etapa aos 14 anos, recebendo mais conteúdo para o seu desenvolvimento escolar pleno.

Desta forma, o Ensino Fundamental seria ministrado em duas etapas: a primeira com duração de cinco anos e a segunda com duração de quatro anos. A implantação poderia ser feita de imediato ou progressivamente. O prazo para que todo o Brasil implantasse o Ensino Fundamental com duração de nove anos foi até 2010.

#### **Reflexos municipais**

As duas leis implicaram diretamente nas redes municipais de ensino, que tiveram aumento de despesas, abertura de novas turmas, aquisição de material didático, adequação pedagógica, ampliação ou reestruturação de espaços físicos nas unidades escolares, necessidade de mais profissionais de educação,

enfim, uma série de medidas para cumprir a nova legislação. As Secretarias Municipais de Educação precisaram reorganizar o Ensino Fundamental, efetuando o planejamento da oferta de vagas e da infraestrutura, realizando capacitação dos profissionais de educação, revisando a proposta pedagógica da secretaria e dos projetos pedagógicos das unidades escolares, além de rever o regimento escolar.

Para auxiliar os DMEs com a nova regulamentação, a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), lançou programas de orientação aos Municípios, e também aos Estados, para esclarecer os principais questionamentos e indicar as possibilidades de se organizar a etapa de ensino.

Além disso, o MEC, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a Undime, realizou dez encontros durante o ano de 2005, sendo um deles, no Município de Guarulhos, em São Paulo.

Um ano a mais na educação municipal implicou, aos DMEs, novas estratégias para inserir a demanda e manter a qualidade do ensino-aprendizagem.



#### **Fórum Regional Governo Educador**

Com o objetivo de divulgar os programas oferecidos pelo Governo Estadual à educação de crianças e jovens, foi criado o Fórum Regional Governo Educador que realizou uma série de reuniões para divulgação dos programas aos municípios.

Uma oportunidade para a realização de parcerias beneficiando educadores, aprendizes e agentes sociais que trabalharam em prol da melhoria da educação, transformando as escolas em local de formação integral para os alunos.

O PEC-Municípios foi um exemplo de parceria entre Estado e Municípios, tendo formado no Ensino Superior em 2004, cinco mil professores de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Além de conhecer os projetos, o Fórum trouxe a possibilidade do Governo Estadual prestar os esclarecimentos necessários aos municípios que se interessaram na adesão ou convênio dos programas e projetos apresentados. Os temas abordados nos encontros eram: Escola da Família, Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão, Tecnologia a Serviço do Ensino, Capacitação de Professores, Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), Alimentação Escolar, Obras, Municipalização e Transporte Escolar. O primeiro encontro aconteceu no Município de Álvares Machado.

#### **Prêmio Professor do Brasil**

O MEC, em parceria com a Fundação Orsa e Fundação Bunge, lançou o Prêmio Professor do Brasil, que conta com o apoio e colaboração do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O objetivo do Prêmio Professor Brasil era divulgar os projetos de professores da Educação Básica que inovavam e implementavam experiências exitosas em todo o País.

Eram profissionais de educação que alteravam a realidade e a história local com projetos que revelavam a superação das dificuldades e o envolvimento da comunidade escolar e das famílias no trabalho educativo.

Com a premiação todo o País pode ter acesso aos projetos que fizeram a diferença no ensino-aprendizado, com a possibilidade de aprofundar as reflexões das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores da rede pública.

O Prêmio Professor do Brasil é um incentivo para que mais projetos educacionais sejam desenvolvidos no ensino público.

# As preocupações da gestão

## FUNDEB

Tramitação no Congresso Nacional a PEC 415 que extinguiu o FUNDEF e criou o FUNDEB. A proposta foi apresentada pelo Governo Federal e excluía as creches dos benefícios do novo Fundo. A Undime-SP e outras entidades educacionais realizaram mobilização para garantir a inclusão de todas as etapas da Educação Básica no FUNDEB. Formou uma comissão para acompanhar a discussão e repassar as informações aos demais DMEs paulistas.

## PEC-Municípios

A entidade contratou um assessor jurídico para dar orientação referente ao PEC-Municípios, elegendo dois representantes – DME de Arujá e DME de Cerquilha – para o Conselho Gestor do PEC-Municípios. Os representantes atuam junto ao FNDE e às Universidades parceiras no gerenciamento do Programa.

## Oficinas do MEC

Para estreitar as relações entre o MEC e os municípios paulistas, a Undime-SP promoveu encontros com especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do MEC. Ao todo foram sete oficinas, realizadas nos municípios de São Carlos, Marília, Guarulhos, Limeira, Sorocaba, Araçatuba e São José do Rio Preto. Os temas abordados foram: a Educação Básica e Educação Especial nos municípios; diversidade na educação e assistência financeira; e, programas e projeto do FNDE.

## Encontros Regionais

Os temas prioritários escolhidos pelos DMEs foram: FUNDEB (e resíduo do FUNDEF), Ensino Fundamental - 9 anos, pré-escola (Educação Infantil), plano de carreira, processos seletivos e estatuto do magistério, PME, convênios (merenda, transporte escolar e legislação), autonomia do DME, e PPP.

## Voluntariado

A Undime-SP recebeu representantes do Instituto Brasil Voluntário para tomar conhecimento do programa de voluntariado “Faça Parte”, que seria implementado em parceria com a Undime Nacional, o Consed e a TV Globo. O objetivo do programa era gerar a cultura de voluntariado e não apenas ações pontuais.

## Amigos da Escola

Representantes da TV Globo do Rio de Janeiro e de São Paulo, compareceram à Undime-SP para apresentarem o Projeto “Amigos da Escola”, que era realizado em parceria com a Undime Nacional e o Consed. As informações relativas à educação seriam passadas pelos DMEs, pelos Dirigentes Regionais de Ensino e pelas filiadas da TV Globo em cada região do Estado, valorizando, assim, o trabalho da escola.

## Descentralização

Os DMEs solicitaram que as reuniões do Conselho de Representantes fossem descentralizadas, com a elaboração de cronograma, alternando as reuniões entre capital, interior e litoral. A descentralização facilitava o acesso de muitos DMEs às reuniões.

## DIRETORIA EXECUTIVA 2005 A 2006

### PRESIDÊNCIA

ROSALINA YOSKO KAWAMOTO HONORATO  
DME DE CAMPO LIMPO PAULISTA

### VICE-PRESIDÊNCIA

ROSANI PUIA DE SOUZA PEREIRA  
DME DE MARÍLIA

### VICE-PRESIDÊNCIA REGIONAIS

#### GRANDE SÃO PAULO

NEIDE FELICIDADE FERREIRA FOURNIOL  
DME DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

#### INTERIOR

PEDRO NEWTON ROTTA  
DME DE REGENTE FEIJÓ

#### SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GERAL

HERB ANTONIO DA SILVA CARLINI - DME DE AMERICANA

#### SECRETARIA DE FINANÇAS

MARIA JULIETA FARAH LANÇAS - DME DE BERTIOGA

#### SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO

MAGDA TONELLO PEDRO LEMOS - DME DE DRACENA

#### SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

#### 2005

PAULO HENRIQUE RIBEIRO SANTANA  
DME DE SÃO SEBASTIÃO

#### 2006

REGINALDO DA SILVA  
DME DE BARRETOS

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

ANTONIO MONTESANO NETO - DME DE LIMEIRA

#### VOGAIS

MARIA TEREZINHA DEL CISTIA  
DME DE SOROCABA

MARIA GENY BORGES ÁVILA HORLE  
DME DE MOGI DAS CRUZES

ARNALDO GIANNINI SANTALUCIA  
DME DE SÃO MANUEL

CLÉLIA MARA SANTOS

DME DE ARARAQUARA

PAULO XAVIER DE ALBUQUERQUE

DME DE CARAPICUIBA

MARIA DO CARMO LOPES

DME DE PORTO FERREIRA

### CONSELHO FISCAL

DURVAL ANTONIO FIORELLI - DME DE JAÚ

SANDRA VALÉRIA MUNIZ - DME DE SUD MENNUECCI

CINTIA LOURENÇO - DME DE TREMEMBÉ

### SUPLENTES

MARIA ELISA SPROESSER ALONSO - DME DE ILHA COMPRIDA

GUNAR WILHELM KOELLE - DME DE RIO CLARO

MARIA ESTER CASSUCCI VIEIRA - DME DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

### CONSELHO NACIONAL DE REPRESENTANTES

JOSÉ APARECIDO DURAN NETTO - DME DE VOTUPORANGA

MARIA AMÉRICA DE ALMEIDA TEIXEIRA - DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ENEIDE MARIA MOREIRA DA LIMA - DME DE GUARULHOS

### SUPLENTES

ANTONIO CORNÉLIO MORAIS FILHO - DME DE ILHABELA

MARIA IVANI DE ARRUDA BURANI - DME DE CERQUILHO

ROSANI PUIA DE SOUZA PEREIRA - DME DE MARÍLIA

**LEMA DA GESTÃO**  
**ENSINO MUNICIPAL QUALIDADE E**  
**PARTICIPAÇÃO CUMPRINDO O PROMETIDO**

## Para todos os níveis e modalidades de ensino

### *Financiamento justo e valorização profissional garantida*

O financiamento da educação é prioridade para se garantir a qualidade da escola pública, pois é fator determinante da abrangência e da qualidade na educação. O FUNDEF instituído em 1996 foi o pioneiro das políticas públicas com mudanças significativas do financiamento da educação no Brasil. O debate no início dos anos 2000, referente ao financiamento, girou em torno das modificações necessárias para que o FUNDEF fosse mais abrangente, atingindo a todos os níveis e modalidades do ensino público.

Com esse propósito nasceu o FUNDEB, por meio da PEC 415/96, o processo de alteração do FUNDEF foi iniciado. A PEC tramitou no Congresso Nacional compondo outras proposições que se fundiram na PEC 536/97, da qual se originou a Emenda Constitucional 53/06.

A discussão, no entanto, não ficou só entre o Executivo e o Legislativo. A EC 53/06 recebeu apoio de diversas entidades do setor educacionais, entre elas, a Undime.

#### **Principais polêmicas**

O Brasil vivia sob o lema de inclusão social preconizado pelo Governo Federal. Por isso mesmo a não inclusão das creches na proposta inicial do governo, causou muita discussão.

Além disso, feria o conceito de educação básica da LDB, que incluiu as creches na Educação Infantil, e, portanto, dentro da Educação Básica.

As questões das creches conveniadas, o custo-aluno-qualidade, o regime de colaboração, a valorização do magistério, também ganharam

destaque e geraram muitas discussões até serem regulamentadas. A Undime participou de todo esse processo, pois no seu entender não poderia existir um fundo nacional para o desenvolvimento da Educação Básica com exclusão de etapas.

Para a entidade, era preciso incluir todas as modalidades e etapas de ensino, com flexibilização da gestão e maior participação da União.

A Lei 11.494 promulgada no dia 20 de julho de 2007, criou e regulamentou o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB – inserindo todas as modalidades e etapas que não estavam no FUNDEF.

#### **Principais mudanças**

- Os recursos para os municípios passaram a ser de acordo com o número de estudantes matriculados na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

- O Salário Educação não pode ser usado para os complementos feitos da União aos Estados e Municípios, sendo destinado a programas da Educação Básica.

- Diretrizes para definição do cálculo do valor aluno/ano.

- Assegurou a inclusão e as melhorias qualitativas na Educação Básica, ficando os entes federados responsáveis para tanto, com o dever de assegurar a definição de uma padronização mínima de caráter nacional, para todos e imediata aplicação.

- Previu e assegurou um piso salarial profissional de caráter nacional para os profissionais de educação.

## As novidades educacionais

#### **PAR – Plano de Ações Articuladas**

É uma das ações idealizadas pelo PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, a partir do Decreto 6.094/2007, que instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. O PAR promoveu um diagnóstico da realidade da educação em todo o Brasil, cujo planejamento iniciaria em 2007 e terminaria em 2011. Ao aderir ao Plano de Metas, os Estados e os Municípios iniciariam a elaboração de seus PAR e, futuramente, fariam um novo diagnóstico da situação local para elaborar as próximas ações educacionais a serem desenvolvidas.

#### **Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**

Elaborado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – tem a finalidade de mensurar a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para melhoria do ensino. Por meio da Prova Brasil – para as escolas municipais – e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para os estados – o desempenho dos alunos é avaliado de dois em dois anos.

#### **Lei do Piso**

Em julho de 2008, foi promulgada a Lei 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Além de fixar o valor da remuneração dos profissionais do magistério público da Educação Básica para a formação em nível médio, na modalidade normal, a lei determinou que a União, os Estados e os Municípios deviam elaborar ou adequar os seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 2009.

#### **FUNDEB**

O Governo divulgou os coeficientes de distribuição para os anos de 2009-2010:

Pré-escola integral > de R\$ 1,15 para R\$ 1,20

Pré-escola parcial > de R\$ 0,90 para R\$ 1,00

EJA com avaliação no processo > de R\$ 0,70 para R\$ 0,80

EJA profissionalizante > R\$ 0,70 para R\$ 1,00

# Ações importantes da gestão

## Nova Sede

Regularização da situação jurídica da Undime-SP referente à sede da Rua Barão de Itapetininga, 297. No entanto, a entidade necessitava de um espaço maior para abrigar com mais comodidade seus associados. Um novo local, na mesma rua, foi pesquisado e adquirido: Rua Barão de Itapetininga, 46 – conjuntos 1311 e 1321, ocupando todo o 13º andar. Foi elaborado e aprovado o projeto de reforma da nova sede contendo anfiteatro, copa, sanitários, dependências administrativas, sala de descanso, sala para reunião e sala da presidência. Quanto ao imóvel da sede utilizada pela entidade, após a mudança para a nova sede, seria alugado até ser vendido.

## Polos Regionais

Por entendimento de ambas as partes, os polos de Itapetininga e o de Sorocaba foram compostos em um único polo: Sorocaba-Itapetininga. O município de Arujá foi incluído no Polo Regional Leste.

## Judicialização das Creches

Devido às ações movidas pelo Ministério Público referente a vagas em creche, a Undime-SP interveio junto ao MP para diminuir a pressão exercida aos municípios referente ao atendimento da demanda. Foi realizado um levantamento de todos associados que enfrentavam esse problema para uma ação conjunta da entidade.

## Eleições 2008

A Undime-SP solicitou a elaboração de mapeamento dos candidatos a prefeitos, a fim de enviar correspondência

sugerindo alguns critérios no momento de escolher o Secretário de Educação de seu mandato. Segundo as orientações recebidas da Undime Nacional e da UNICEF, o Secretário precisaria estar ciente da realidade educacional da rede municipal de ensino, ter conhecimento dos entraves educacionais e ser, se possível, profissional de educação. Desta forma, a Undime-SP colaborou para a melhoria da educação no Estado de São Paulo.

## Ensino Fundamental – 9 anos

A entidade, por meio de comissão designada, analisou os dados de uma pesquisa que informava: dos 645 municípios do Estado de São Paulo, haviam 511 com rede conveniada e 94 com rede própria. Dos conveniados, 182 já haviam implantado o Ensino Fundamental com duração de 9 anos, contra 10 municípios que possuíam rede própria. A comissão observou que a questão do espaço físico dificultava a implantação de mais um ano no Fundamental e que o momento político (ano de eleição) também não era muito favorável. Decidiu-se que passadas as eleições, a entidade se reuniria com os prefeitos eleitos para dar continuidade ao processo de municipalização e auxiliar em todas as questões para implantar o Ensino Fundamental – 9 anos, em todo o Estado.

## Undime Nacional

Em junho de 2007, o Vice-presidente da Undime-SP, José Aparecido Duran Netto, foi eleito Vice-presidente da Undime Nacional, representando a região Sudeste, durante o 11º Fórum Nacional da Undime, realizado em São Luiz (MA).

## DIRETORIA EXECUTIVA 2007 A 2008

### PRESIDÊNCIA

#### 2007

ROSALINA YOSKO KAWAMOTO HONORATO  
DME DE CAMPO LIMPO PAULISTA

#### 2008

JOSÉ APARECIDO DURAN NETTO  
DME DE VOTUPORANGA

### VICE-PRESIDÊNCIA

JOSÉ APARECIDO DURAN NETTO  
DME DE VOTUPORANGA

### VICE-PRESIDÊNCIA REGIONAIS

#### GRANDE SÃO PAULO

ÂNGELA DONATIELLO LOPES  
DME DE MAUÁ

#### INTERIOR

#### 2007

REGINALDO DA SILVA  
DME DE BARRETOS

#### 2008

MAURA CRISTIANE BALBINOT  
DME DE OURINHOS

### SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GERAL

HERB ANTONIO DA SILVA CARLINI  
DME DE AMERICANA

### SECRETARIA DE FINANÇAS

MARIA JULIETA FARAH LANÇAS  
DME DE BERTIOGA

### SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO

MARIA TEREZINHA DEL CISTIA  
DME DE SOROCABA

### SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

ADEMAR ZAMBRINI DME DE TEODORO SAMPAIO

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

#### 2007

ANTONIO CORNÉLIO MORAIS FILHO -DME DE ILHABELA  
2008

ARNALDO GIANNINI SANTALUCIA - DME DE SÃO MANOEL

### VOGAIS

MAURA CRISTIANE BALBINOT - DME DE OURINHOS  
ARNALDO GIANNINI SANTALUCIA - DME DE SÃO MANOEL  
CLÉLIA MARA SANTOS - DME DE ARARAQUARA  
PAULO BATISTA DE SOUZA - DME DE BIRIGUI  
ROSIMARY MENDES DE MATOS - DME DE EMBU  
VALDICIR STUANI - DME DE SUZANO

### CONSELHO FISCAL

ROSA LAURA GARCIA CALACINA  
DME DE DOIS CÓRREGOS  
SANDRA VALÉRIA MUNIZ  
DME DE SUD MENNUCCI  
MARIA ESTER CASSUCI VIEIRA  
DME DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

### SUPLENTES

OFÉLIA MARIA OLIVEIRA CASTROLEITE  
DME DE ILHA COMPRIDA  
GUNAR WILHELM KOELLE  
DME DE RIO CLARO  
PEDRO NEWTON ROTTA  
DME DE REGENTE FEIJÓ

### CONSELHO NACIONAL DE REPRESENTANTES

ROSANI PUIA DE SOUZA PEREIRA - DME DE MARÍLIA  
LINDABEL DELGADO CARDOSO - DME DE GUARULHOS  
MARIA AMÉRICA DE ALMEIDA TEIXEIRA - DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### SUPLENTES

DURVAL ANTONIO FIORELLI - DME DE JAÚ  
TÂNIA APARECIDA RIBEIRO BOTOS - DME DE CATANDUVA  
VIRGÍNIA ALEGRI - DME DE ARUJÁ

### LEMA DA GESTÃO

DEFESA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

# CONAE 2010

## A Educação Brasileira em pauta

### A contribuição da sociedade para a elaboração do PNE

Um momento importante da história da educação brasileira foi a Conferência Nacional de Educação – CONAE – realizada no período de 29 de março a 01 de abril de 2010.

Os enormes desafios a serem vencidos pela Educação Brasileira foram analisados e as conclusões e sugestões, reunidas no Documento Final da Conferência.

Sem um Sistema Nacional de Educação e sem a regulamentação clara do regime de colaboração entre os entes federados, a eficácia das ações educacionais e a garantia da melhoria da qualidade do ensino, foram prejudicadas. A CONAE era a grande esperança para a formulação de um Plano Nacional de Educação audacioso e condizente com as realidades locais de nosso País, para vigorar a partir de 2011.

Dentre as deliberações da CONAE, destacam-se:

- Criação do Sistema Nacional da Educação;
- Fortalecimento do ensino público e gratuito;
- Ampliação do atendimento: creche, Ensino Fundamental integral e Ensino Médio profissionalizante;
- Ampliação da Educação de Jovens e Adultos e de programas de combate ao analfabetismo;
- Financiamento das matrículas públicas por meio do custo aluno/qualidade (CAQ);
- Construção de um Referencial Nacional para a Formação de Professores;
- Formas de melhoria salarial dos profissionais da educação e com piso salarial;
- Formação inicial do professor de forma presencial e o EAD;
- Diretrizes de carreira sem o sistema de premiação/punição;
- Ampliação gradativa dos recursos da educação até atingir 10% do PIB na educação pública;

- Ampliação dos recursos de 18% para 25% dos recursos da União e de 25% para 30% dos recursos dos Estados e Municípios;

- Criação da Lei de Responsabilidade Educacional;

- Destinar 50% dos recursos do Fundo Social, *royalties* do petróleo e pré-sal para a educação;

- Fortalecimento das medidas de inclusão e de educação para a diversidade, com a introdução da educação para comunidades quilombolas, o combate à homofobia e outras formas de preconceito;

- Recursos públicos para a educação pública. A partir de 2018 os recursos do FUNDEB não poderão mais financiar instituições privadas;

- Criação do programa de Educação Fiscal para a cidadania;

- Reserva de vagas nas universidades públicas para um mínimo de 50% de alunos egressos do Ensino Médio, sendo respeitada a proporcionalidade de negros (as) e indígenas de cada ente federado a que pertence a instituição;

- Criação do Fórum Nacional da Educação que terá poderes mais amplos que o Conselho Nacional da Educação;

- Mudanças dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal que deverá ter seus membros eleitos de forma democrática e representar os segmentos da área da educação;

- Melhoria dos programas de assistência ao estudante.

No Estado de São Paulo mais de 100 mil pessoas se mobilizaram para contribuir com a Conferência, cuja organização e a realização teve a participação da Undime-SP, que contribuiu assim, para que os trabalhos fossem realizados dentro dos prazos estabelecidos e garantindo que os anseios da sociedade paulista fossem incluídos no documento final da CONAE 2010.

#### MERENDA ESCOLAR DECRETO ESTADUAL Nº 55.080/2009

Responsabilidade do Estado

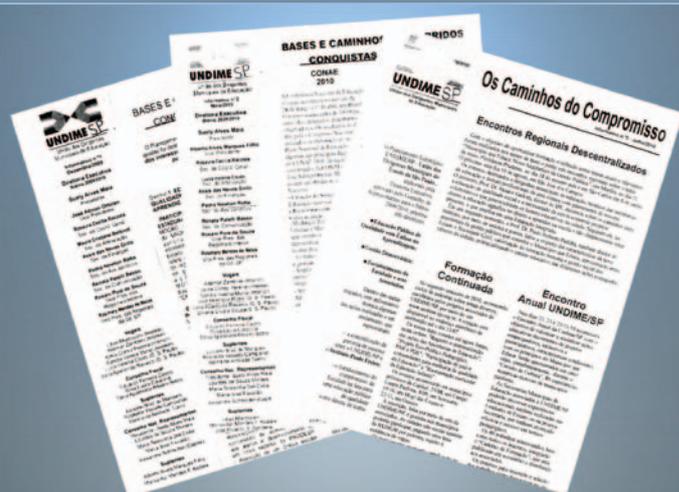
- Reposição de equipamentos básicos;
- Suprir e repor utensílios básicos;
- Reposição de uniformes e outros itens destinados ao suporte de atividades de merenda;
- Acompanhar e supervisionar o fornecimento da alimentação escolar.

Responsabilidade do Município:

- Elaborar do cardápio e oferecer alimentação balanceada, nutritiva, segura e saborosa para os alunos matriculados;
- Aquisição dos gêneros alimentícios;
- Garantir a qualidade e quantidade dos nutrientes nas refeições oferecidas nas etapas de aquisição, armazenamento, transporte, preparo e distribuição;
- Manter merendeira de acordo com as necessidades das escolas;
- Fornecer o combustível necessário ao preparo da merenda escolar.

A unidade escolar deve indicar o profissional responsável para acompanhar e supervisionar o fornecimento da merenda diariamente, e verificar, a estrutura da cozinha, equipamentos e utensílios para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos municípios.

#### INFORMATIVOS UNDIME-SP Informação e esclarecimentos para os Dirigentes Municipais



# Ações importantes da gestão

## Diretrizes

Os DMEs traçaram as seguintes diretrizes para a entidade: Educação Pública de qualidade com ênfase na aprendizagem, Gestão Democrática e Fortalecimento da entidade e de seus associados.

## Associados

Em 2009, a Undime-SP contava com 369 associados, representando 57% dos municípios do Estado. Em 2010, devidos aos encontros descentralizados e centralizados, cerca de 2500 pessoas participaram das reuniões e a representação da entidade passou a atingir 70% dos municípios paulista.

## Comissões

Comissão Administrativa e Comissão Pedagógica para o estabelecimento de canal permanente entre a Undime-SP, a Undime Nacional, o MEC, a SEE e o CEE. Comissão para Estudos e Reelaboração do Estatuto da Undime-SP.

## Conselho Estadual

A Presidente Suely Alves Maia, DME de Santos, foi nomeada membro Titular do Conselho Estadual de Educação, em 30 de setembro de 2009.

## Projeto nº622/09

A Undime-SP tomou posicionamento contrário às deliberações constantes no Projeto 622/09, que

determinava o direito de matrícula para o primeiro ano do Ensino Fundamental – 9 anos – às crianças que completassem seis anos até o dia 31 de dezembro do ano em curso, o que inviabilizava o processo de volta às aulas.

## FUNDEB

Em parceria com o Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (IBSA) e com a Fundação Lemann, a Undime-SP elaborou um estudo detalhado dos recursos do FUNDEB/2010 e as conclusões foram disponibilizadas aos prefeitos dos municípios paulista e para todos os DMEs associados.

## Eventos

Destacamos a participação da Undime-SP em muitos eventos, entre eles:

- CONAE 2010 – participou da organização e realização da etapa estadual.

- Encontros regionais Programa Município que Educa, em parceria com o Instituto Paulo Freire (IPF), com quatro encontros, em 2009, (Marília, Presidente Prudente, São Carlos e São José dos Campos) e mais oito em 2010, que contou com a participação de 250 municípios e cerca de 2000 pessoas.

- Marcha Paulista em Defesa dos Municípios (2009), para discutir acerca dos repasses estaduais da educação: merenda e transporte.

## DIRETORIA EXECUTIVA 2009 A 2010

### PRESIDÊNCIA

SUELY ALVES MAIA  
DME DE SANTOS

### VICE-PRESIDÊNCIA

#### 2009 A 2010

JOSÉ ADINAN ORTOLAN  
DME DE CORDEIRÓPOLIS

#### 2010

ALBERTO ALVES MARQUES FILHO  
DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### VICE-PRESIDÊNCIA REGIONAIS

#### GRANDE SÃO PAULO

ROSIMARY MENDES DE MATOS  
DME DE EMBU DAS ARTES

#### INTERIOR

ROSANI PUIA DE SOUZA PEREIRA  
DME DE MARÍLIA

### SECRETARIA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

ROSAURA CECÍLIA RACOSTA - DME DE CHARQUEADA

### SECRETARIA DE FINANÇAS

ASSIS DAS NEVES GRILLO - DME DE NOVA ODESSA

### SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO

#### 2009

MAURA CRISTIANE BALBINOT - DME DE OURINHOS

#### 2010

LUCIA HELENA COUTO - DME DE DIADEMA

### SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PEDRO NEWTON ROTTA - DME DE REGENTE FEIJÓ

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

RENATA PATELLI BASSO - DME DE CAMPO LIMPO PAULISTA

### VOGAIS

#### 2009

LILIAN MANTOVANI - DME DE PEDRA BELA

LÚCIA HELENA COUTO - DME DE DIADEMA

#### 2009 A 2010

ADEMAR ZAMBRINI - DME DE TEODORO SAMPAIO; GILDA CÔRTEZ PEREIRA - DME DE GUARATINGUETÁ; SANDRA VALÉRIA MUNIZ - DME DE SUD MENUCCI; LEILA APARECIDA RAVASIO - DME DE MAIRIPORÃ

#### 2010

JOSÉ HENRIQUE ROSSI - DME DE JUNQUEIRÓPOLIS  
SILVANA DA SILVA E SOUZA  
DME DE SANTO ANTONIO DO PINHAL

### CONSELHO FISCAL

EDUARDO FERREIRA CASTRO - DME DE CRUZEIRO  
ROSA LAURA CALACINA - DME DE DOIS CÓRREGOS  
TÂNIA APARECIDA RIBEIRO BOTOS  
DME DE CATANDUVA

### SUPLENTES

LUCIANO BRAZ DE MARQUES  
DME DE VÁRZEA PAULISTA  
ROSILEIDE VASSELO CAMPANATI - DME DE TORRINHA  
IDALINA DE ANDRADE TUENA - DME DE GETULINA

### CONSELHO NACIONAL DE REPRESENTANTES

SUELY ALVES MAIA - DME DE SANTOS  
LOURDES DE SOUZA MORAES - DME DE SÃO CARLOS  
MAIRA TEREZINHA DEL CISTIA - DME DE SOROCABA  
MARIA JOSÉ FAVARÃO - DME DE OSASCO  
ALEXANDRE SCHNEIDER - DME DE SÃO PAULO

### SUPLENTES

#### 2009

ALBERTO ALVES MARQUES FILHO  
DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
RAIMUNDO MARTINS PEREIRA  
DME DE PIRAPORA DO BOM JESUS

#### 2009 A 2010

MARISA MENDES FIUSA KODAIRA - DME DE TATUÍ

#### 2010

LILIAN MANTOVANI - DME DE PEDRA BELA  
JOSÉ RICARDO DA SILVA SANTANA - DME DE GUARANI D'OESTE

LEMA DA GESTÃO  
EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE  
COMO DIREITO DE TODOS

# PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## Qualidade e Universalização

### *Planejar os próximos 10 anos é o grande desafio*

**A**pós todo o levantamento educacional realizado pela CONAE 2010, a expectativa passou a ser a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Educação, para nortear as ações educacionais em todo o País.

No final de 2010, foi enviado ao Congresso Nacional o projeto de lei que criava o Plano Nacional de Educação, elaborado pelo MEC. Com o objetivo de definir as prioridades e estratégias educacionais do País para os próximos 10 anos, o PNE 2011 tem apenas 20 metas, contra as 256 metas do seu antecessor.

O PNE 2011 trouxe estatísticas que facilitariam a sua execução e fiscalização, além de possibilitar a discussão das metas e estratégias nas escolas, para que os seus objetivos pudessem ser compreendidos pela sociedade e garantir, assim, que suas metas fossem alcançadas.

Os pontos considerados mais polêmicos foram: revisão do piso salarial dos profissionais de educação e a valorização dos professores; a porcentagem do PIB para a educação; o fim do analfabetismo; o atendimento em creches para 50% das crianças de até três anos; e, a ampliação da educação em tempo integral na rede pública de ensino.

#### Metas x Prazos

Algumas metas importantes não traziam o prazo para serem atingidas, como por exemplo, a da alfabetização total de crianças até 8 anos, ou a do oferecimento da educação em tempo integral para 50% das escolas públicas, entre outras.

#### Aprovação final

Com tantos entraves a serem resolvidos, a previsão era de que o PNE só seria aprovado em pelo menos um ano e meio, correndo o risco dos trabalhos serem prejudicados ainda mais no próximo período

eleitoral, quando a mobilização política estaria em outro foco.

Entretanto, a imprensa não poderia guiar a discussão de temas cruciais para a melhoria da educação brasileira, e era preciso garantir a participação da sociedade, dando tempo para a apreciação e compreensão do conteúdo do PNE.

#### Financiamento

Sem dúvida a maior polêmica ficaria centrada na questão do financiamento da educação nos próximos anos, pois a meta 20 também não determinava o prazo para se alcançar os 7% do PIB a ser aplicados na educação. Os movimentos sociais lutavam por 10% e o embate prometia ser intenso.

O montante aplicado na educação é que garante a execução das metas e estratégias prevista no PNE. Segundo o MEC, tudo foi analisado e avaliado de forma que os 7% do PIB seriam suficientes para o cumprimento do Plano, incluindo os ajustes salariais dos profissionais de educação previstos em 0,8% do PIB.

A Undime-SP acompanhou todo o debate, meta a meta, para garantir que o gerenciamento das mudanças previstas fosse previamente compreendido, já que das vinte metas propostas, a maioria iria impactar consideravelmente o orçamento e as ações da rede municipal de ensino, com aumento da demanda e sem a definição da origem e do montante dos recursos.

Aos municípios caberia ficar atento e começar a pensar na elaboração do seu Plano Municipal de Educação, previamente alinhado às metas do PNE 2011, obtendo-se assim, um planejamento confortável de todas as ações a serem delineadas para o cumprimento das metas que estavam prestes a serem aprovadas a qualquer momento.

## Justa Homenagem

Paulo Freire foi declarado Patrono da Educação Brasileira, após promulgação da Lei 12.612/2012.

Nascido no Recife (PE), Paulo Freire desenvolveu o "Método Paulo Freire" após pesquisa do vocabulário que a população de um determinado lugar usava.

Baseado nessas informações, Paulo Freire desenvolvia o seu trabalho de alfabetização das pessoas. Por conta do regime militar, foi exilado e aplicou seu método por diversos países do terceiro mundo e publicou livros em diversos idiomas.

Ao retornar do exílio, continuou sua dedicação pela educação brasileira como escritor e como professor da UNICAMP.

Paulo Freire, autor do livro "Pedagogia do Oprimido", foi DME de São Paulo. Para ele o objetivo da escola era ensinar o aluno a 'ler o mundo' para poder transformá-lo.

Paulo Freire morreu em 1997, aos 76 anos, na Capital Paulista, deixando marcas profundas nos educadores do Brasil.

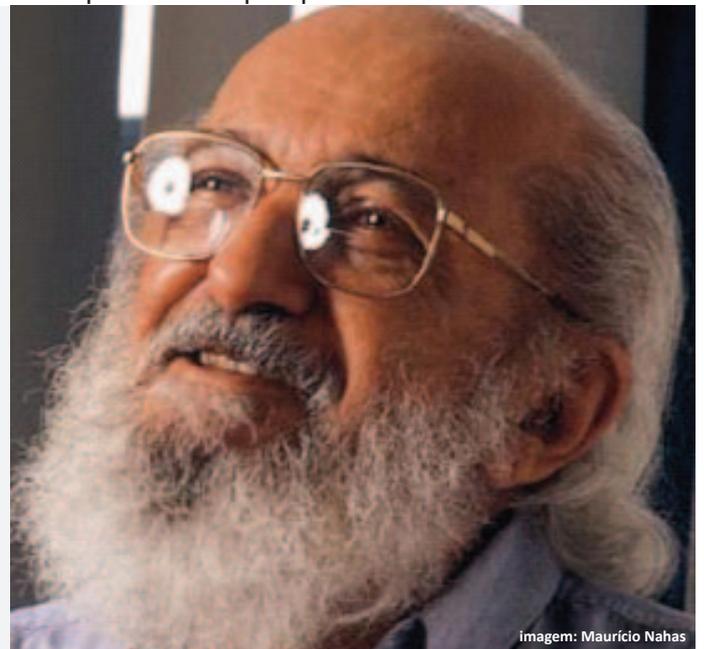


imagem: Maurício Nahas

# Fatos marcantes da gestão

## Undime Nacional

Cleuza Repulho, DME de São Bernardo do Campo, foi eleita Presidente da Undime Nacional, durante a realização do 13º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que aconteceu em Brasília (DF), em maio de 2011.

## PAR

A Undime-SP em parceria com o MEC, promoveu palestra com técnicos da Diretoria de Assistência de Programas Especiais para apresentação da nova versão do PAR. Os técnicos do MEC destacaram três pontos importantes: coerência das pontuações do diagnóstico, realização de monitoramento e registros dos dados de acompanhamento e de evolução do Ideb.

## Polos

Modificações e criação de mais dois Polos totalizando 49 Polos Regionais. Campinas foi desmembrado em dois Polos e a criação do Polo de Itapira.

Campinas I > Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariuna, Paulínia, Pedreira, Santo Antonio da Posse, e Santa Barbara D'Oeste

Campinas II > Campinas, Ortolândia, Indaiatuba, Monte Mor, Nova Odessa, Sumaré, Valinhos, Vinhedo e Itatiba

Itapira > Itapira, Estiva Gerbi, Mogi Mirim e Mogi Guaçu

Os municípios de Laranjal Paulista, Bofete e Porangaba,

passam a integrar o Polo de Sorocaba/Itapetininga, e o município de Flora Rica passou para o Polo de Dracena.

## EJA

Em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a Undime-SP coordenou a Comissão Estadual da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e EJA. A Comissão era composta por integrantes da UNCME/SP, da REMEC, das universidades, da sociedade civil e entidades vinculadas ao Estado paulista.

## Município que Educa

As reuniões descentralizadas e centralizadas atingiram cerca de 3000 educadores em todo o Estado e culminou com a publicação do livro "Município que Educa: inovações em processo", que reuniu 80 experiências pedagógicas exitosas, apresentadas pelas equipes das secretarias municipais, selecionadas por comissão da Undime-SP.



## DIRETORIA EXECUTIVA 2011 A 2012

### PRESIDÊNCIA

#### 2011 A 2012

SUELY ALVES MAIA - DME DE SANTOS

#### 2012

ALBERTO ALVES MARQUES FILHO  
DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### VICE-PRESIDÊNCIA

ALBERTO ALVES MARQUES FILHO  
DME DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

### VICE-PRESIDÊNCIA REGIONAIS

#### GRANDE SÃO PAULO

##### 2011

MARIA JOSÉ FAVARÃO - DME DE OSASCO

##### 2012

VERA LUCIA MARTINS GARCIA - DME DE ITAQUAQUECETUBA

#### INTERIOR

LOURDES DE SOUZA MORAES - DME DE SÃO CARLOS

### SECRETARIA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

#### 2011 A 2012

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS - DME DE PIRACICABA

#### 2012

JOSÉ HENRIQUE ROSSI - DME DE JUNQUEIRÓPOLIS

### SECRETARIA DE FINANÇAS

ASSIS DAS NEVES GRILLO - DME DE NOVA ODESSA

### SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO

#### 2011

LUCIA HELENA COUTO - DME DE DIADEMA

#### 2012

ADEMAR ZAMBRINI - DME DE TEODORO SAMPAIO

### SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PEDRO NEWTON ROTA - DME DE REGENTE FEIJÓ

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

#### 2011

EDUARDO FERREIRA CASTRO - DME DE CRUZEIRO

#### 2012

ROSA LAURA CALACINA - DME DE DOIS CÓRREGOS

### VOGAIS

ROSA LAURA CALACINA - DME DE DOIS CÓRREGOS

ADEMAR ZAMBRINI - DME DE TEODORO SAMPAIO

JOSÉ HENRIQUE ROSSI - DME DE JUNQUEIRÓPOLIS

NILDE CRISTINA POLA BAPTISTA

DME DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

LUCINEIDE MARIA ROSSINO - DME DE MURUTINGA DO SUL

ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - DME DE SÃO PAULO

### CONSELHO FISCAL

#### 2011

RENATA PATELLI BASSO  
DME DE CAMPO LIMPO PAULISTA

#### 2011-2012

GILDA CORTEZ PEREIRA - DME DE GUARATINGUETÁ  
TÂNIA APARECIDA RIBEIRO BOTOS  
DME DE CATANDUVA

#### 2012

LUCIANO BRAZ DE MARQUES  
DME DE VÁRZEA PAULISTA

### SUPLENTES

#### 2011

LUCIANO BRAZ DE MARQUES  
DME DE VÁRZEA PAULISTA

#### 2011 A 2012

ROSILEIDE VASSELO CAMPANATI - DME DE TORRINHA; IDALINA DE ANDRADE TUENA - DME DE GETULINA

### CONSELHO NACIONAL DE REPRESENTANTES

#### 2011

ROSANI PUIA DE SOUZA PEREIRA - DME DE MARÍLIA

#### 2011 A 2012

SUELY ALVES MAIA - DME DE SANTOS  
ROSIMARY MENDES DE MATOS - DME DE EMBU  
MAIRA TEREZINHA DEL CISTIA - DME DE SOROCABA

#### 2012

MARISA APARECIDA MENDES FUISA KODAIRA

DME DE TATUÍ

### SUPLENTES

#### 2011

MARISA APARECIDA MENDES FUISA KODAIRA

DME DE TATUÍ

#### 2011 A 2012

LILIAN MANTOVANI - DME DE PEDRA BELA

SONIA MARIA PORTELLO KRUPPA - DME DE SUZANO

### LEMA DA GESTÃO

**EDUCAÇÃO: MAIS QUE PRIORIDADE;  
RAZÃO DE SER DE QUALQUER GOVERNO NO BRASIL**

# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## O Destino da Rede Pública de Ensino

### A participação da sociedade é fundamental

Com aprovação do Plano Nacional de Educação em 25 de junho de 2014 (Lei nº13.005), a educação brasileira teve suas ações norteadas por metas e estratégias a serem cumpridas, gradativamente, até 2024.

A próxima etapa para garantir melhorias e qualidade à educação era elaborar ou adequar o Plano Municipal de Educação (PME), quer irá refletir a realidade de todos os municípios brasileiros.

Os Estados também iniciaram a elaboração de seus Planos Estaduais e, assim como o PME, têm de ter suas metas alinhadas ao Plano Nacional. Nessa tarefa, Estados e Municípios terão de estar atento ao prazo para entregar seus Planos: **24 de junho de 2015**.

A elaboração deve contar com o apoio e participação das autoridades locais e de toda a sociedade, com a promoção de debates e de levantamento de diagnóstico da situação educacional do município.

O PME não é um plano da administração pública ou da Secretaria de Educação Municipal, pois não está atrelado aos mandatos de governo. O compromisso é com a educação das gerações atuais e futuras.

Portanto, a participação de representações dos diversos segmentos da sociedade é importante para assegurar que as aflições do presente transformem-se em solução para uma educação melhor no futuro.

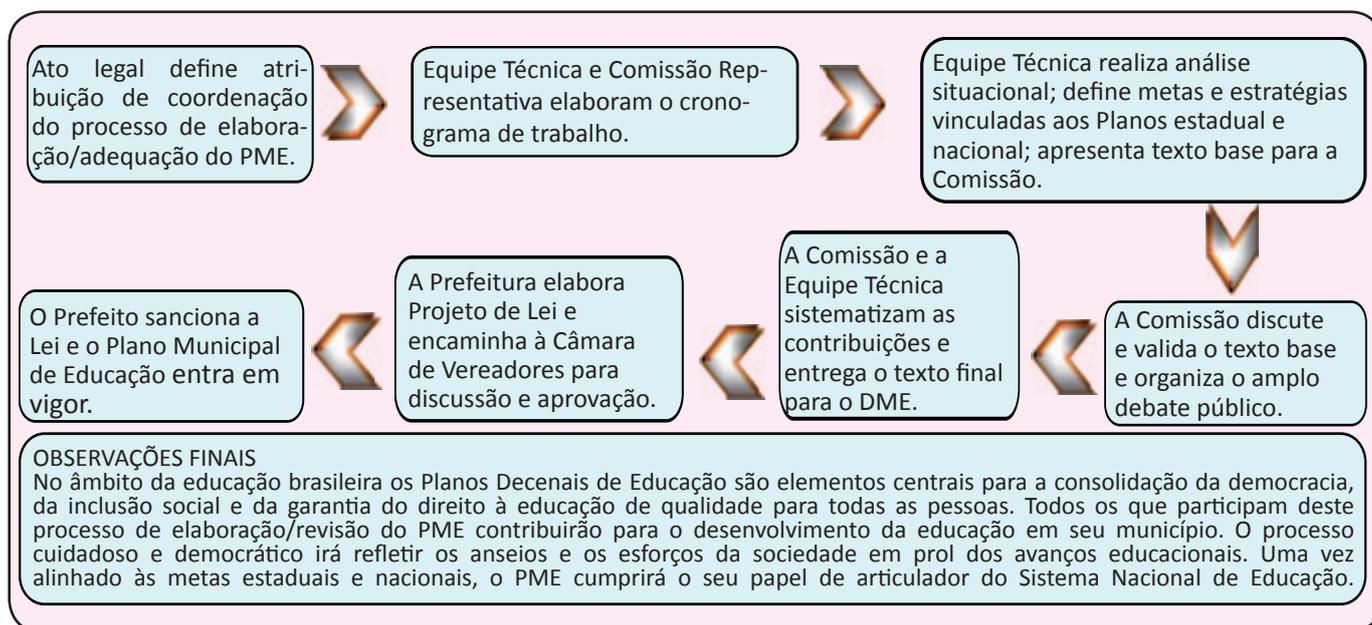
As necessidades e as capacidades educacionais de cada município para a oferta da Educação Básica devem ser analisadas considerando a trajetória histórica, as características socioculturais e ambientais, a vocação e a perspectiva de futuro do município.

Um bom PME deve agregar os itens elencados acima, mas também precisa refletir o cenário atual e saber de onde se parte e aonde se pretende chegar, para que as ações determinadas sejam possíveis de serem realizadas e garantam a eficiência e eficácia do Plano.

Após criar uma comissão, os trabalhos devem seguir um cronograma de tarefas, que deve ser respeitado para garantir o cumprimento dos prazos. Cada passo do PME está resumido no quadro abaixo.

Em seguida, o texto base deve ser organizado e disponibilizado para consulta pública. Finalmente, após a revisão final, o texto é encaminhado para aprovação e sancionado, entra em vigor.

Para auxiliar aos Dirigentes Municipais na elaboração ou adaptação do PME, a Undime-SP realizou diversas reuniões regionais de orientação por todo o Estado de São Paulo, capacitando gestores, equipe das secretarias, profissionais de educação, além do contanto com a comunidade local, que prestigiaram as reuniões.



#### CICLO DE CAPACITAÇÕES E SEMINÁRIOS - 2014

Durante todo o ano de 2014 a Undime-SP realizou cerca 40 encontros para capacitar seus associados e suas equipes de secretarias.

As orientações recebidas e as dúvidas esclarecidas garantiram o sucesso do projeto, que priorizou o atendimento aos municípios mais distantes da Capital Paulista e aos municípios de pequeno.

Os encontros ofereceram também a oportunidade da troca de experiências e maior interação entre os associados da Undime-SP.

Plano Municipal de Educação: Pompéia, Tapiratiba, Votuporanga, Colina, Porto Ferreira, Colômbia, Jales, Piracicaba, Eldorado, Andradina, Paulicéia, Guarujá, Lavínia, Junqueirópolis e mais seis encontros na sede da Undime-SP e dois Seminário UNDIME Nacional em Tupã e Campinas.

Reuniões com Avaliadores Educacionais: sede da Undime-SP, SEE, CEPAM e EFAP, com oito encontros realizados.

Seminários e Capacitações  
Tupã, Rio Claro, I Seminário de Educação do ADE Noroeste Paulista em Votuporanga, I Seminário Internacional de Boas Práticas em Gestão Escolar e Prêmio Gestão Escolar em Brasília, Seminário Ilha Solteira, Seminário Teodoro Sampaio, Seminário Ribeirão Preto, I Fórum de Inovação Educacional em São Paulo, Bett Latin America e Reunião Sudeste Rio de Janeiro (RJ).

# Ações importantes da gestão

## Undime Nacional

Durante o 14º Fórum Nacional da Undime, a Presidente da Undime-SP, Priscilla Bonini Ribeiro, foi eleita Presidente da Undime Sudeste. No mesmo evento, a DME de São Bernardo do Campo, Cleuza Repulho, foi reeleita Presidente da Undime Nacional. (Mata de São João /BA – maio de 2013).

## Conselho Estadual

Em agosto de 2013, a Presidente da Undime-SP, foi nomeada como membro do Conselho Estadual de Educação. Em outubro de 2014, a Presidente Priscilla foi convocada para o grupo da Instância Especial, que coordenou as ações para elaboração do Plano Estadual de Educação.

## Associados

A entidade encerrou o ano de 2013 com 442 municípios associados (69% dos municípios do Estado). Em 2014, a descentralização de capacitações e seminários, ajudou a ampliar o número de associados para 477 (73,9% dos mu-

nicipios do Estado).

## Capacitações e Seminários

Durante o ano de 2014 a Undime-SP realizou 23 capacitações e 9 seminários, por todo o Estado de São Paulo, priorizando o atendimento aos municípios mais distantes da Capital Paulista e aos municípios de pequeno porte, marca da gestão.

## Tribunal de Contas do Estado

A presidente Priscilla Bonini realizou apresentação aos fiscais do TCE/SP, mostrando os problemas que muitos municípios enfrentavam para atender às demandas educacionais, trabalhando com deficit de recursos humanos e financeiros.

## Ministério Público

Palestra da Vice-presidente da Undime-SP, Marialba Carneiro, para os membros e servidores do MP/SP, mostrando a realidade e as dificuldades dos municípios.

## EDUCAÇÃO UM ETERNO APRENDIZADO

**V**ivemos, atualmente, um momento privilegiado na Educação Brasileira. Momento que traz a bandeira do diálogo, do compartilhamento de informações, da troca de experiências, com um único objetivo: garantir o ensino público gratuito e de qualidade para todos.

Com esse pensamento, durante todo o ano de 2014 e início de 2015, a Undime-SP promoveu cerca de 50 encontros para levar orientações referentes à elaboração ou adequação do Plano Municipal de Educação (PME) a todos os nossos associados. Nossa entidade priorizou o atendimento aos municípios mais distantes da Capital Paulista e aos municípios de pequeno porte.

Tive a oportunidade de representar a Undime-SP nesses encontros e, nestes momentos de formação referente ao PME, pude constatar as diferentes realidades Educacionais existentes no Estado de São Paulo. Algumas situações de precariedade levaram-me a refletir o quanto ainda é necessário fazer para atingir a qualidade que tanto almejamos.

Todas essas formações trouxeram reflexões preocupantes, mas também muita satisfação em fazer parte deste momento histórico da Educação Brasileira. Os trabalhos realizados em prol da elaboração ou adequação do PME evidenciou que Educação se faz com diálogo, sem partidarismo, com a consciência de que é preciso mudar a realidade social do Brasil, tarefa que só a Educação tem o poder de realizar.

Essas e outras ações desenvolvidas pela Undime-SP durante a atual gestão, só foram possíveis graças ao empenho de toda a Diretoria Executiva e de nossos Conselheiros, que assim como eu, representaram a Undime-SP em diversos eventos, participaram de nossas comissões, contribuindo para que nossos associados recebessem informações atualizadas acerca das mudanças educacionais que ocorrem no País.

Estamos agora na reta final para a elaboração



dos Planos Municipais de Educação. Esperamos que todos os Municípios do nosso Estado finalizem com êxito o Planejamento da Próxima Década da Educação.

Agradeço à Undime-SP, à nossa Presidente Priscilla Bonini, pela oportunidade de fazer parte do Ciclo de Capacitação do PME que foi de grande importância para todos os nossos associados e seus municípios.

Registro o entusiasmo dos Municípios Paulistas que acreditam no Poder da Educação e Trabalham intensamente para fazer a Diferença na Educação Brasileira.

Marialba da Glória Garcia Carneiro  
Vice-presidente e Secretária de Finanças da Undime-SP  
Vice-prefeita e DME da Estância Turística de Pereira Barreto

## DIRETORIA EXECUTIVA 2013 A 2014

### **PRESIDÊNCIA**

PRISICILLA MARIA BONINI RIBEIRO - DME DE GUARUJÁ

### **VICE-PRESIDÊNCIA**

#### **2013**

HÉLCIO MACHADO JÚNIOR - DME DE DESCALVADO

#### **2014**

FÁBIO OLIVEIRA INÁCIO - DME DE CUBATÃO

MARIALBA DA GLÓRIA GARCIA CARNEIRO

DME DE PEREIRA BARRETO

### **VICE-PRESIDÊNCIA REGIONAIS**

#### **GRANDE SÃO PAULO**

MOACIR NILLIO DE SOUZA - DME DE GUARULHOS

#### **INTERIOR**

MARCOS ROBERTO LEITE DA SILVA - DME DE TUPÃ

### **SECRETARIA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA**

#### **2013 A 2014**

ALESSANDRA LUCHESSI DE OLIVEIRA - DME DE BOTUCATU

#### **2014**

VENÚZIA FERNANDES DO NASCIMENTO - DME DE SANTOS

### **SECRETARIA DE FINANÇAS**

MARIALBA DA GLÓRIA GARCIA CARNEIRO

DME DE PEREIRA BARRETO

### **SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO**

#### **2013 A 2014**

HELENA MARIA PELAIO DE LIMA - DME DE RUBINEIA

#### **2014**

ÂNGELA REGINA COUTO - DME DE SÃO SEBASTIÃO

### **SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

#### **2013 A 2014**

LUCIANO CORREA DOS SANTOS - DME DE AMERICANA

#### **2014**

ROSÂNGELA CERONDO VALLE PEREIRA POLIDORO  
DME DE TABAPUÃ

### **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO**

#### **2013**

SELMA DO CARMO B. CRAVO - DME DE CAPÃO BONITO

#### **2013 A 2014**

LUCIENE GARCIA FERREIRA DA SILVA - DME DE TARUMÃ

### **VOGAIS**

#### **2013**

LUCIENE GARCIA FERREIRA DA SILVA - DME DE TARUMÃ

ÂNGELA REGINA COUTO - DME DE SÃO SEBASTIÃO

ROSÂNGELA CERON DO VALLE PEREIRA  
POLIDORO

DME DE TABAPUÃ

#### **2013 A 2014**

ROSELI DE FREITAS - DME DE SANTO ANTONIO DO PINHAL

RITA DE CÁSSIA TRASFERETTI - DME DE INDAIATUBA  
ROSA LAURA GARCIA CALACINA - DME DE DOIS CÓRREGOS

#### **2014**

JOSÉ FRANCISCO BUSTAMANTE ROMAIN - DME DE POTIM

SÍLVIA CRISTINA RODOLFO - DME DE VOTUPORANGA

VENÚZIA FERNANDES DO NASCIMENTO - DME DE SANTOS

CÉLIA MAIRA MONTI VIAM ROCHA - DME DE SOCORRO

MARIA TEREZA PASCHOAL DE MORAIS - DME DE OURINHOS

### **CONSELHO FISCAL**

MARIA DAS GRAÇAS MARINS DAEMON  
DME DE TAQUARITUBA

JOSÉ HENRIQUE ROSSI - DME DE JUNQUEIRÓPOLIS

EDIMAR BATISTA DE OLIVEIRA - DME DE TEODORO SAMPAIO

### **SUPLENTES**

#### **2013**

ANTÔNIA APARECIDA MALAFATTI MATOS - DME DE BERTIOGA

MARIA ESTELA DE ALMEIDA IZZO - DME DE RIO CLARO

#### **2013 A 2014**

DIRCE CLÉA MALHEIROS

DME DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

#### **2014**

RUTE MARIA POZZI CASATI - DME DE DESCALVADO  
VALDIR DE CARLI - DME DE IACANGA

### **CONSELHO NACIONAL DE REPRESENTANTES**

PRISCILLA MARIA BONINI RIBEIRO  
DME DE GUARUJÁ

HELOISA MARIA CUNHA DO CARMO

DME DE RIO CLARO

ADEMAR ZAMBRINI

DME DE RANCHARIA

APARECIDO DONIZETE ALVES CIPRIANO

DME DE BARRETOS

### **SUPLENTES**

JOÃO ROBERTO COSTA DE SOUZA - DME DE JACAREÍ

LUCIA HELENA COUTO - DME DE EMBU DAS ARTES

JOÃO MEDEIROS DE SÁ FILHO

DME DE TABOÃO DA SERRA

#### **2014**

VÂNIA APARECIDA PÁSCHOA PRADO - DME DE ITAPEVA

### **LEMA DA GESTÃO**

**COMPROMETIMENTO, UNIÃO E AMOR, NA EDUCAÇÃO,  
TRANSFORMAM ALUNOS EM CIDADÃOS, CONTRIBUINDO COM NOSSA NAÇÃO.**



## PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – AVALIADORES EDUCACIONAIS

### Supervisoras

Maria das Graças M. Daemon  
DME de Taquarituba  
Marialba da G. Garcia Carneiro  
DME de Pereira Barreto  
Rosângela Ceron do Valle Pereira Polidoro  
DME de Tabapuã  
Beatriz Cardoso Cordero  
Clarissa Emi Hirao  
Rejane Maria Emílio  
Vivian Dibi Gimenes

### Executiva

Marilena Rissutto Malvezzi

### Técnicos

Celso Fernando Iversen  
DME de Boituva  
Edimar Batista de Oliveira  
DME de Teodoro Sampaio

### Agenda Territorial do EJA

Ademar Zambrini  
DME de Rancharia

### Avaliação da Educação Básica (INEP e SAEB)

Sonia Regina Guaraldo  
DME de Birigui

### Comitê PNAIC e PACTO

Rute Maria Pozzi Casati  
DME de Descalvado

### Conselho Escolar

Daniel Gomes  
Técnico de Santos

### Coordenação do Núcleo de Educação Indígena

Ivan de Carvalho  
DME de Bertiooga

### GT do Ensino Fundamental

Luíz Miguel Martins Garcia  
DME de Sud Mennucci

### Mais Educação

João Roberto Costa de Souza  
DME de Jacaré

### Olimpíadas da Língua Portuguesa (OBMEP)

Rosa Laura G. Calacina  
DME de Dois Córregos

### Técnicos

Eliana Antonia Duarte Bertocello Monteiro - DME de Olímpia  
Flávia Rossi  
DME de Itapira  
Luciene Garcia Ferreira e Silva  
DME de Tarumã  
Márcia Aparecida Bernardes  
DME de Atibaia  
Maria Cláudia Brondani Rabelo  
DME de Cajati  
Myriam Suely Assano Ono  
DME de Bastos  
Rita de Cássia Trasferetti  
DME de Indaiatuba  
Selma Monteiro Chueco Belineli  
DME de São Luiz do Paraitinga  
Sílvia Cristina Rodolfo  
DME de Votuporanga

### Pedagógica

Simone Cristina Savério Ribeiro  
DME de Pompéia  
Valdir de Carli  
DME de Jacang  
Vanilton Machado de Oliveira  
DME de Capela do Alto  
Arthur José Pavan Torres  
Evelize Assunta Padovani Monteiro  
Hélio José dos Santos  
Julia Rira Franco Pereira  
Luiz Fernando Tofanelli  
Marcos Aparecido Vargas  
Maria da Graça Zucchi Moraes  
Maria Eunice Silva Abboude  
Maria Salete Aparecida Camargo  
Maria Sílvia Azarite Salomão  
Marta Baroni Nudeliman Valdambri  
Nathália Regina Gasparelli Herrero  
Regina Celi da Silva Rocha  
Sebastião Aparecido Ferreira

## Outras Representações

### Projeto Trilhas

Rosângela Ceron do Valle P. Polidoro  
DME de Tabapuã

### PARFOR Estadual

Priscilla Maria Bonini Ribeiro  
DME de Guarujá

### Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

João Roberto Costa de Souza  
DME de Jacaré

### PROINFO

Cláudia Cristina dos Santos Rodrigues  
DME de Guaraçai  
Antonio Carlos  
Técnico de São José dos Campos

### Pronatec

Maria das Graças Daemon  
DME de Taquarituba

### Conselho de Educação

Escolar Quilombola do Estado de São Paulo

### Titular

Maria Escolástica Mancio Oliveira  
DME de Eldorado

### Suplente

João Noberto Fogaça Junior  
Coordenador de Escolas Quilombolas no Município de Eldorado

Lei de Responsabilidade Fiscal, Financiamento da Educação, Formação Inicial e Continuada dos Profissionais de Educação e Currículo Comum

### Relatorias

Maria Tereza Paschoal de Moraes  
DME de Ourinhos  
Rute Maria Pozzi Casati  
DME de Descalvado

### Membros

Ademar Zambrini  
DME de Rancharia  
Aparecido Donizete Alves Cipriano  
DME de Barretos  
Deodete das Graças Valente Geraldo  
DME de Fernandópolis  
Mara Suzany Romano Bergamo  
DME de Taguaí  
Vanilton Machado de Oliveira  
DME de Capela do Alto

### PROFUNCIONÁRIO

### Titular

Venúzia Fernandes do Nascimento  
DME de Santos

### Suplente

Lilian Gonzalez Marques  
Técnica de Santos

# COMISSÕES ANÁLISES – ESTUDOS



## **Administrativa para a Alimentação Escolar**

Aparecida da Graça Carlos  
DME de Carapicuíba  
Heloisa Maria Cunha do Carmo  
DME de Rio Claro

## **Assuntos Jurídicos**

Ademar Zambrini  
DME de Rancharia  
Aparecida da Graça Carlos  
DME de Carapicuíba  
Nadir Assalin  
DME de Capivari  
Rosângela Ceron do Valle Polidoro  
DME de Tabapuã

## **Atendimento aos Municípios de Pequeno Porte**

Maria das Graças Daemon  
DME de Taquarituba  
Marialba da Glória Garcia Carneiro  
DME de Pereira Barreto  
Rosa Laura Garcia Calacina  
DME de Dois Córregos  
Silvia Cristina Rodolfo  
DME de Votuporanga

## **Base Nacional Comum**

Célia Maria Monti Viam Rocha  
DME de Socorro  
Cleia Maria da Luz Rivero  
DME de São Pedro  
Deodete das Graças Valente Geraldo  
DME de Fernandópolis  
João Roberto Costa de Souza  
DME de Jacareí  
Lídia Lúcia Sarmento de Lima  
DME de Ilhabela  
Luiz Miguel Martins Garcia  
DME de Sud Mennucci  
Marisa Bernardo Freitas  
DME de Nova Campina  
Roberta França Fortes  
DME de Ilha Comprida  
Rita de Cássia Trasferetti  
DME de Indaiatuba  
Sônia Regina Guaraldo  
DME de Birigui

## **Convênios Transportes e Alimentação Escolar**

Ademar Zambrini  
DME de Rancharia  
Aparecido Donizete Alves Cipriano  
DME de Barretos  
Célia Maria Monte Viam Rocha  
DME de Socorro  
Jovana Leite de Oliveira Dognani  
DME de Fartura  
Maria Cláudia Brondani Rabelo  
DME de Cajati  
Marilda Cortijo  
DME de Itú

Nathália Regina Gasparelli Herrero  
DME de Ilha Solteira  
Ricardo Carvalho Costa  
DME de Franco da Rocha  
Rute Maria Pozzi Casati  
DME de Descalvado  
Solange Villon Kohn Pelicer  
DME de Campinas  
Vanilton Machado de Oliveira  
DME de Capela do Alto

## **Educação Infantil**

Aparecido Donizete Alves Cipriano  
DME de Barretos  
Cláudia Cristina dos Santos Rodrigues  
DME de Guaraçai  
Luís Miguel Garcia  
DME de Sud Mennucci  
Marialba da Glória Garcia Carneiro  
DME de Pereira Barreto  
Telma Antônia Marques Vieira  
DME de São José do Rio Preto

## **Fórum Estadual de Educação – CONAE**

João Medeiros de Sá Filho  
DME de Taboão da Serra  
Célia Gonçalves S. Souza  
Técnica de Guarujá  
Rejane Maria Emilio  
Técnica de Guarujá

## **FUNDEB**

Aparecido Donizete A. Cipriano  
DME de Barretos  
Moacir Souza  
DME de Guarulhos  
Silvia Cristina Rodolfo  
DME de Votuporanga

## **Pedagógica**

Celia Maria Monti Viam Rocha  
DME de Socorro  
João Medeiros de Sá Filho  
DME de Taboão da Serra  
João Roberto Costa de Souza  
DME de Jacareí  
Rosa Laura Garcia Calacina  
DME de Dois Córregos

## **Plano de Carreira do Magistério**

Ademar Zambrini  
DME de Rancharia  
Aparecida da Graça Carlos  
DME de Carapicuíba  
Luciene Garcia Ferreira e Silva  
DME de Tarumã  
Nadir Assalin  
DME de Capivari  
Rosângela Ceron do Valle Polidoro  
DME de Tabapuã





# *Palavra dos Presidentes*



1987 a 1989

Profª Cleuza Pires de Andrade - DME de Ubatuba

*“ Não éramos muitos no início, mas formávamos um grupo consolidado que além da luta pelo debate da educação municipal de qualidade, pretendíamos fortalecer as raízes da entidade em benefício de uma política educacional para o país. A Undime-SP fortaleceu-se de tal maneira que conseguiu ter assento no Conselho Estadual de Educação. O primeiro representante da entidade no CEE, como suplente, foi o professor Enildo Pessoa, DME de Campinas. Logo após, eu era indicada como conselheira titular, no período de 1988 a 1990, e como suplente, de 1990 a 1992. Só tenho a agradecer por ter feito parte e acompanhar o processo de crescimento que todos os Presidentes ajudaram a desencadear. Parabéns Undime-SP ”.*

1990 a 1991

Newton Antonio Paciulli Bryan - DME Campinas

*“ Foi uma rica experiência trabalhar na organização e na direção da UNDIME com meus colegas Secretários de Educação que, apesar das diferentes visões políticas, demonstravam um real compromisso com a construção de uma educação pública de qualidade ”.*



1991 a 1992

Prof. Herb Antonio da Silva Carlini - DME de Americana

*“ Estamos certos do papel desempenhado pela Undime-SP, em nível nacional e estadual, na defesa e na conquista da educação pública, democrática, de qualidade, como uma das condições para o desenvolvimento da cidadania. Acreditamos que esse trabalho deve continuar ”.*



1993 a 1994

Profª Maria Helena Guimarães de Castro - DME de Campinas

*“ Ser Presidente da Undime-SP foi muito importante. Vivíamos um momento de muito entusiasmo e nos mobilizamos muito em prol da Educação Infantil. Deixei a seccional paulista em março de 1994, quando assumi a presidência da Undime Nacional com o desafio de fortalecer a entidade ”.*



1994 a 1996

Prof. Oswaldo José Fernandes - DME de Jundiaí

*“ Realizamos cerca de 70 encontros regionais, abordando o tema Municipalização, e outras ações que propiciaram a transformação da Undime-SP na grande interlocutora entre a Undime Nacional e o MEC. Presidir a entidade, foi para mim, ao lado da enorme responsabilidade, uma fase risonha e prazerosa da minha vida ”.*

1997 a 2000

Profª Rute Maria Pozzi Casati - DME de Descalvado

*“ Nossa preocupação principal era passar informações importantes para os associados e por conta disso, elaboramos apostilas para orientá-los quanto à legislação e à gestão, despertando os interesses dos DMEs em participarem da entidade. E conseguimos. Ampliamos o número de associados e adquirimos nossa primeira sede. Presidir a Undime-SP foi uma experiência gratificante, principalmente, pelo sucesso com o processo de Municipalização do Ensino Fundamental ”.*





2001 a 2002  
Profª Vera Lúcia Scortecci Hilst - DME de São Sebastião

*“Em nossa gestão, contamos com a grande parceria dos colegas Secretários Municipais de Educação. E essa união nos ajudou muito a realizar conquistas importantes como, por exemplo, a formação dos professores do ensino municipal. Muito Obrigada, Undime-SP”.*

2003 a 2004  
João Medeiros de Sá Filho - DME Taboão da Serra

*“ Nossa proposta central foi a de aglutinar os municípios paulistas em torno de uma política pública democrática para o Estado de São Paulo. Esse trabalho foi muito gratificante. Parabéns Undime-SP por manter viva a nossa luta ”.*



2005 a 2007  
Rosalina Yoshio Kawamoto Honorato - DME Campo Limpo Paulista

*“ O comprometimento da entidade, está em atender as reivindicações dos dirigente municipais de educação. Foi muito bom fazer parte da Undime-SP ”.*

2008

José Aparecido Duran Netto

*" Em nossas reuniões mensais, discutíamos para encontrar soluções para a melhoria permanente da qualidade do ensino nos municípios e defender estes interesses junto ao estado. Obrigado Undime-SP "*



2009 a 2012

Profª Suely Alves Maia - DME de Santos

*"É preciso que a família participe mais da vida escolar dos filhos e cabe aos atuais gestores a tarefa de trazer a família para dentro das escolas, e assim, juntos, construirmos uma sociedade mais forte e uma educação com mais qualidade. Obrigada e parabéns Undime-SP "*

2012

Prof. Alberto Alves Marques Filho - DME de São José dos Campos

*" Presidir a Undime-SP foi a consequência natural do belo trabalho realizado pela Profª Suely Maia e sua equipe. Foram quatro anos de muito trabalho e democratização das ações da entidade. A Undime-SP é uma conquista dos Educadores que ,como eu, aqui passaram e deram sua contribuição. Que nossa entidade continue crescendo, aperfeiçoando-se e prestando o serviço de apoio aos DMEs, cumprindo sempre uma agenda aguerrida de luta pela melhoria da Educação Pública em nosso País "*



# FÓRUNS ESTADUAIS

Agradecemos a todos os Municípios que abrigaram nossos Fóruns:

1997

VI FÓRUM ESTADUAL – JUNDIAÍ

1999

VIII FÓRUM ESTADUAL – DESCALVADO

2000

IX FÓRUM ESTADUAL – SÃO PAULO

2001

X FÓRUM ESTADUAL – LIMEIRA

2003

XII FÓRUM ESTADUAL – TABOÃO DA SERRA

2004

XIII FÓRUM ESTADUAL - GUARUJÁ

2005

XIV FÓRUM ESTADUAL – SÃO BERNARDO DO CAMPO

XV FÓRUM EXTRAORDINÁRIO – ITANHAÉM

2007

XVI FÓRUM ESTADUAL – BARRETOS

2008

XVII FÓRUM ESTADUAL – SÃO SEBASTIÃO

2009

FÓRUM EXTRAORDINÁRIO – SÃO PAULO

XVIII FÓRUM ESTADUAL – SANTOS

2010

XIX FÓRUM ESTADUAL – SERRA NEGRA

2011

XX FÓRUM ESTADUAL – EMBU DAS ARTES

2012

XXI FÓRUM ESTADUAL – EMBU DAS ARTES

XXII FÓRUM EXTRAORDINÁRIO – SÃO PAULO

2013

XXIII FÓRUM ESTADUAL – ATIBAIA

2014

XXIV FÓRUM ESTADUAL - ATIBAIA

2015

XXV FÓRUM ESTADUAL - ATIBAIA



# COMPROMETIMENTO, UNIÃO E AMOR

## *Priscilla Bonini Ribeiro*

**P**or muitos anos em nossa vida, idealizamos sonhos e construímos uma trajetória, sem ao menos imaginar o que iremos enfrentar de fato, caso esses sonhos tornem-se realidade.

Não importa, quando idealizamos, os obstáculos que iremos enfrentar, pois nos sonhos eles são pequenos demais para a imensa vontade que temos em realizar o que queremos.

A magia dos sonhos nos enfeitiça, mas o caminho percorrido com a organização de metas e ações nos obriga a fincar os pés no chão e encarar, com muito profissionalismo, os obstáculos que encontramos no caminho.

De qualquer modo, sempre temos um motivo maior que nos guia, sem que percebamos, a realizar tudo o que os nossos corações desejam com intensidade. Então, descobrimos que sonhos são realizáveis quando nos comprometemos com tudo àquilo que buscamos sem menosprezarmos ninguém e nenhum momento.

Minha vida e a educação foram se mesclando. Uma mistura de sonhos e decepções, de vontade e impossibilidades, de guerra e de paz, que me deu muito mais certeza e ânimo de que era realmente esse caminho que eu queria para mim.

A educação que faz as pessoas pensarem, crescerem e idealizarem caminhos, como aconteceu comigo, abrindo um novo horizonte na vida das pessoas e trazendo a realização de sonhos para o mundo das possibilidades.

Creio que cada passo que damos em prol da educação tem de ser compartilhado para que nossas ações sejam sementes plantadas em solos férteis, que iremos regar pelo resto de nossas vidas.

Descobrimos, então, que o comprometimento e a união são ingredientes fundamentais para vencermos os obstáculos, amenos em nossos sonhos e tão incompreensíveis em nossa realidade. A vida nos traz, todos os dias, um novo desafio e assim, traçamos as trajetórias para realinharmos o rumo, os sonhos, as realizações.

Quando a educação tomou conta definitivamente da minha vida, assumi o compromisso de lutar pelo direito que todos os cidadãos do mundo têm: educação de qualidade.

A realidade de nosso País e as dificuldades de se realizar muito mais, por vezes, me frustra, mas jamais foi motivo de desistência. Entendo que desistir de lutar pela educação é deixar de lutar por nós mesmos, pois somos nós hoje que iremos delinear o futuro melhor que muitos poderão ter.

Educação... Um ideal que me conduziu a Secretária de Educação de Guarujá, onde tenho o prazer de contar com uma equipe de trabalho tão comprometida com a educação quanto eu. Um ideal que me conduziu até a Undime-SP, onde tenho a satisfação de contar com pessoas que, assim como eu, amam a educação



incondicionalmente.

O amor incondicional pela educação que moveu todos os Presidentes e associados da Undime-SP, que homenageamos nesta revistas comemorativa. O amor que continua unindo a todos nós por uma educação de qualidade e de valorização dos Profissionais de Educação, é a nossa maior conquista e vitória.

Hoje, sei que a minha vida longe da educação é impensável. Sei que o comprometimento e a união podem mudar a realidade educacional de nosso País se nos atentarmos que juntos somos muito, muito mais.

Quero agradecer o apoio dos todos os membros da diretoria executiva, conselheiros, representantes de nossa entidade, membros das comissões, avaliadores educacionais, representantes de Polos, equipe administrativa, aos parceiros, aos amigos e todas as pessoas que nos ajudaram a honrar o nosso compromisso e fortalecer ainda mais a Undime-SP.

Com comprometimento, união e amor, podem realizar a Educação de Qualidade que todos os brasileiros merecem ter. E isso, a história da Undime-SP, prova todos os dias.

**Priscilla Maria Bonini Ribeiro**  
Presidente da Undime-SP e Undime Sudeste  
Conselheira Estadual de Educação  
Secretária de Educação de Guarujá

# POLOS

## **ADAMANTINA**

Adamantina, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Sagres, Salmourão.

## **ARAÇATUBA**

Alto Alegre, Araçatuba, Auriflora, Avanhandava, Barbosa, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Clementina, Coarados, Gabriel Monteiro, Glicério, Guzolândia, Lourdes, Luizânia, Nova Luzitânia, Penápolis, Piacatu, Santo Antônio do Aracanguá, Santópolis do Aguapeí, Turiúba.

## **ARARAQUARA**

Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Guataparará, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Trajuru.

## **ASSIS**

Assis, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Florínea, Ibirarema, Lutécia, Maracá, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina, Tarumã.

## **AVARÉ**

Águas de Santa Bárbara, Arandu, Avaré, Barão de Antonina, Cerqueira César, Coronel Macedo, Fartura, Iaras, Itaí, Itaporanga, Manduri, Paranapanema, Piraju, Sarutaiá, Taguaí, Taquaritiba, Tejupá

## **BARRETOS**

Altair, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Colômbia, Guaíra, Guaraci, Jaborandi, Monte Azul Paulista, Olímpia, Pirangi, Severínia, Taiaçu, Taiúva, Taquaral, Taquaritinga, Terra Roxa, Viradouro, Vista Alegre do Alto.

## **BAURU**

Agudos, Arealva, Avaí, Balbinos, Bauru, Borebi, Cabralia Paulista, Duartina, Iacanga, Lucianópolis, Macatuba, Paulistânia, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves, Reginópolis, Ubirajara.

## **BOTUCATU**

Anhembi, Areiópolis, Bofete, Botucatu, Conchas, Itatinga, Lençóis Paulista, Pardinho, Pereiras, Pratânia, São Manuel.

## **BRAGANÇA PAULISTA**

Águas de Lindóia, Amparo, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Joanópolis, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Serra Negra, Socorro, Tuiuti, Vargem.

## **CAMPINAS I**

Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio da Posse.

## **CAMPINAS II**

Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Monte Mor, Nova Odessa, Sumaré, Valinhos, Vinhedo.

## **CARAGUATATUBA**

Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba.

## **CATANDUVA**

Ariranha, Catanduva, Catiguá, Elisiário, Embaúba, Irapuã, Itajobi, Marapoama, Novais, Novo Horizonte, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Sales, Santa Adélia, Tabapuã, Urupês

## **CRUZEIRO**

Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro, Silveiras.

## **DRACENA**

Dracena, Flora Rica, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Pauliceia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho, Tupi Paulista.

## **FERNANDÓPOLIS**

Estrela D'Oeste, Fernandópolis, Guarani D'Oeste, Indaiatuba, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Pedranópolis, Populina, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Turmalina.

## **FRANCA**

Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista.

## **GRANDES SÃO PAULO – ABCD**

Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul.

## **GRANDE SÃO PAULO – LESTE**

Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano.

## **GRANDE SÃO PAULO – NORTE**

Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel.

## **GRANDE SÃO PAULO – OESTE**

Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeva, Itapira, Jandira, Jupiá, Juquitiba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.

## **GUARATINGUETÁ**

Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim, Roseira.

## **ITAPEVA**

Apiá, Barra d'Alto, Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Iporanga, Itaberá, Itaoca, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itararé, Nova Campina, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarivaí.

## **ITAPIRA**

Estiva Gerbi, Itapira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim.

## **JALES**

Aparecida D'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira D'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Rubineia, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia, Vitória Brasil.



# REGIONAIS

## **JAÚ**

Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boraceia, Dois Córregos, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuá, Jaú, Mineiros do Tietê.

## **JUNDIAÍ**

Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Várzea Paulista.

## **LIMEIRA**

Araras, Conchal, Cordeirópolis, Iracemópolis, Leme, Limeira, Pirassununga, Santa Cruz da Conceição.

## **LINS**

Cafelândia, Getulina, Guaiçara, Guaimbê, Guarantã, Lins, Pongaí, Promissão, Sabino, Uru.

## **MARÍLIA**

Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Echaporã, Fernão, Gália, Garça, Júlio de Mesquita, Lupércio, Marília, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompeia, Vera Cruz.

## **OURINHOS**

Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ipaussu, Óleo, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Timburi.

## **PEREIRA BARRETO**

Andradina, Bento de Abreu, Castilho, Guaraçá, Guararapes, Ilha Solteira, Itapura, Lavínia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Rubiácea, Sud Mennucci, Suzanópolis, Valparaíso.

## **PIRACICABA**

Águas de São Pedro, Capivari, Charqueada, Elias Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Maria da Serra, São Pedro.

## **PRESIDENTE EPITÁCIO**

Caiuá, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Nandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Tarabai, Teodoro Sampaio.

## **PRESIDENTE PRUDENTE**

Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Santo Expedito, Taciba.

## **REGISTRO**

Barra do Turvo, Cajati, Cananea, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Jacupiranga, Jujuiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Sete Barras.

## **RIBEIRÃO PRETO**

Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Jaboticabal, Jardinópolis, Luiz Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho.

## **RIO CLARO**

Analândia, Brotas, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Rio Claro, Santa Gertrudes, Torrinha

## **SANTOS**

Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Vicente.

## **SÃO CARLOS**

Descalvado, Dourado, Ibaté, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos.

## **SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

Aguaí, Águas da Prata, Caconde, Casa Branca, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tambaú, Tapiratiba, Vargem Grande do Sul.

## **SÃO JOAQUIM DA BARRA**

Aramina, Buritizal, Guará, Ipuã, Igarapava, Ituverava, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orândia, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra.

## **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

Adolfo, Bady Bassit, Bálsamo, Cedral, Guapiáçu, Ibirá, Icém, Ipiгуá, Jaci, José Bonifácio, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Planalto, Poloni, Potirendaba, São José do Rio Preto, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Zacarias.

## **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Parai-buna, Santa Branca, São José dos Campos.

## **SÃO PAULO**

São Paulo

## **SOROCABA/ITAPETININGA**

Alambari, Alumínio, Angatuba, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Cabreúva, Campina do Monte Alegre, Capela do Alto, Cerquillo, Cesário Lange, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Itu, Jumirim, Laranjal Paulista, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuá, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra, Votorantim.

## **TAUBATÉ**

Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Tremembé.

## **TUPÃ**

Arco-Íris, Bastos, Borá, Herculândia, Iacri, Parapuã, Quatá, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Tupã.

## **VOTUPORANGA**

Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Floreal, General Salgado, Gastão Vidigal, Macaubal, Magda, Monções, Nhandeara, Nova Castilho, Parisi, Pontes Gestal, Riolândia, Sebastianópolis do Sul, Valentim Gentil, Votuporanga.

*Agradecemos o apoio que recebemos de todos os nossos colaboradores, que tanto nos auxiliam nas capacitações, seminários e cursos, proporcionando momentos de conhecimento e descontração.*

*Undime-SP*





*Educação para um  
mundo melhor*



**Brasil  
Cultural**



[facebook.com/EditoraBrasilCultural](https://facebook.com/EditoraBrasilCultural)

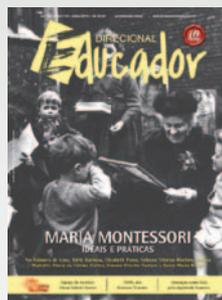
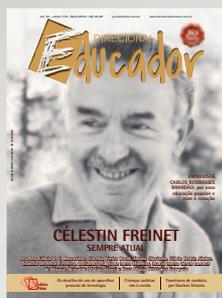
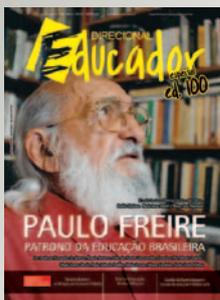


[editorabrasilcultural.blogspot.com.br](http://editorabrasilcultural.blogspot.com.br)

Tel. contato: (14) 3432-1567

.....  
[contato@brasilcultural.com.br](mailto:contato@brasilcultural.com.br)





# DIRECIONAL Educador

Assine a revista Direcional Educador e receba mensalmente o melhor conteúdo para a formação continuada de educadores

- **Artigos dos melhores especialistas**
- **Cursos à distância com certificados**
- **Entrevistas**

Consulte condições especiais de assinaturas para Secretarias de Educação, com workshops e palestras de formação

(11) 2157-4825  
(11) 2157-4826

contato@leituraprimeira.com.br  
www.direcionaleducador.com.br  
facebook.com/revistadirecionaleducador



instituto  
península

# SUA SALA DE AULA DE PORTAS ABERTAS

**PARA UMA NOVA GERAÇÃO DE ALUNOS**

## Ensino Híbrido

Um curso feito por professores para professores. Aprenda como a tecnologia pode ajudar a personalizar o ensino. A primeira formação em ensino híbrido do Brasil.

 **INSCREVA-SE JÁ**

[www.ensinohibrido.org.br](http://www.ensinohibrido.org.br)



Facilita o  
**planejamento  
de aulas  
personalizadas**



Aproxima  
**a escola do  
mundo digital**



Provoca  
interesse  
**e engajamento  
dos alunos**



Otimiza  
**tempo  
do professor**

# aprender

Congresso e Feira Internacional de Produtos,  
Serviços e Tecnologias em Educação

Realização



**Programe-se para os  
melhores e mais completos  
eventos educacionais do Brasil.**

Organização



## Confira o calendário de eventos 2015:



**Fortaleza-CE**  
04 e 05 - junho



**Goiânia-GO\***  
26 e 27 - junho  
\*a confirmar



**São Luís-MA**  
02 a 04 - julho



**Gramado-RS**  
21 a 23 - julho



**Salvador-BA**  
24 e 25 - julho



**Recife-PE**  
07 e 08 - agosto



**Belém-PA**  
14 e 15 - agosto



**Manaus-AM**  
21 e 22 - agosto



**Rio de Janeiro-RJ**  
11 e 12 - setembro



**Maceió-AL**  
18 e 19 - setembro



**Aracaju-SE**  
24 a 26 - setembro

**Corpo docente altamente qualificado e referência no Brasil e ainda os melhores  
conteúdos preparados especialmente para você.**

Mais informações em  
[www.futuroeventos.com.br](http://www.futuroeventos.com.br)

Revista Oficial

**EDUCAÇÃO**

# Quer elevar a qualidade da educação do seu município?

Soluções para a excelência de Escolas e Secretarias de Educação



Entre em contato conosco.  
Teremos prazer em lhe atender!

[www.humus.com.br/educacao\\_publica.php](http://www.humus.com.br/educacao_publica.php)  
11 5535.1397 | [humus@humus.com.br](mailto:humus@humus.com.br)  
[www.facebook.com/HumusEduc](https://www.facebook.com/HumusEduc)





UMA EMPRESA COMPROMETIDA COM A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO,  
CRIANDO SOLUÇÕES INOVADORAS E DINÂMICAS QUE VISAM USAR A  
TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO NA EXCELÊNCIA DE RESULTADOS.

## SOMOS ESPECIALISTAS EM:

### AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DE APRENDIZAGEM PARA MELHORIA DO IDEB/SARESP

Avaliações para 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Matrizes de Referência/competências/habilidades/descriptores/distratores.

Relatórios detalhados entregues em 15 dias (aluno, turma, escola, geral).

Análises e sugestões para melhoria contínua dos índices.



### FORMAÇÃO CONTINUADA E SUPORTE TÉCNICO-PEDAGÓGICO

Formação continuada no uso da tecnologia na Educação (presencial e a distância).

Consultoria e assessoria para utilização competente da tecnologia no ensino-aprendizagem.

### SOMOS UMA EMPRESA PREMIADA E RECONHECIDA

#### PREMIAÇÃO INTERNACIONAL

Honra ao mérito em 2014 da WITSA\*.

#### PREMIAÇÃO NACIONAL

1º lugar no Brasil em Inclusão Digital nos anos de 2012, 2013 e 2014 pela ASSESPRO\*\*.

1º lugar no Brasil em Serviços para Governos no ano de 2014 pela ASSESPRO\*\*.

\* World Information Technology and Services Alliance

\*\* Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação



ASSOCIADA À:



### ATIVIDADES INTERATIVAS PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM E CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR.

Aulas interativas de Matemática, Língua Portuguesa, Inglês, Ciências, História, Geografia, Temas Transversais.

Boletim e relatórios com desempenho dos alunos nestas aulas.

Permitem a utilização adequada de lousas digitais e laboratórios de informática.



## CONTATO

(18) 3221-4142 (11) 4063-2292

ATENDIMENTO@MULTIMIDIAEDUCACIONAL.COM.BR

WWW.MULTIMIDIAEDUCACIONAL.COM.BR

# Educação do século XXI

Conheça as soluções educacionais implementadas pela empresa Planneta para adaptar o seu município às mudanças comportamentais e tecnológicas da atualidade.

**São mais de 25 anos de atuação e 32 soluções que contribuem para o desenvolvimento de toda a comunidade escolar.**

## Gestor 3.0

Administração baseada em técnicas de gestão e sistemas informatizados de última geração, atuando na **Gestão Escolar** e **Avaliação da Aprendizagem**.

## Infraestrutura 3.0

Integração dos múltiplos recursos tecnológicos de forma inteligente e transparente em todas as demandas do projeto, apoiando o usuário na sua **Implantação** e **Operação**.

## Professor 3.0

O papel do professor muda de provedor para indutor do desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos, atuando no **Sistema de Ensino e Formação Continuada**.

## Aluno 3.0

Aprendizagem colaborativa presencial e a distância, atendendo às expectativas de alunos nativos digitais, atuando com **Tecnologia na Educação** e **Enriquecimento Curricular**.

## Comunidade 3.0

Participação efetiva na educação dos filhos, assistida por agentes educacionais em visita às residências dos alunos, atuando na **Educação em Tempo Integral** e no **Apoio à Família**.

1.0 2.0 3.0

Descubra o nível de maturidade das escolas do seu município.

**Podemos indicar o melhor caminho para sua gestão!**

Acesse pelo QRCode ao lado ou pelo site da Vitae Brasil.



**Entre em contato e agende uma apresentação!**

(12) 2139-2850 | [contato@vitaebrazil.com.br](mailto:contato@vitaebrazil.com.br)

**planeta**  
transformando o aprendizado

[www.vitaebrazil.com.br](http://www.vitaebrazil.com.br)

Uma proposta  
interdisciplinar



Atuando em  
mais de 100  
municípios

# Sistema Educacional Família e Escola

O Sefe é um sistema de ensino que há quase duas décadas atende às escolas das redes públicas.

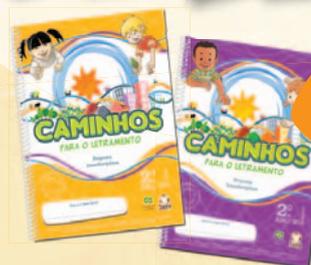
Foi pioneiro nas ações conjuntas entre escola e família visando ao desenvolvimento integral do aluno.

Este trabalho tem início na Educação Infantil e estende-se até os anos finais do Ensino Fundamental.

Os materiais que compõem o Sefe foram elaborados a partir de uma visão sócio-histórica da educação e organizados numa perspectiva interdisciplinar.

Ensino Fundamental 1

## Coleção Caminhos



Proposta utilizada  
em 64 municípios  
PAIC - Ceará

Material aprovado  
para o PAIC-CEARÁ

## Coleção Entrelinhas

Educação Infantil



Ensino Fundamental 2

## Coleção Trilhas



### Envolvimento da Família

Trabalho desenvolvido por meio de livros e palestras para os familiares dos alunos de todas as escolas.



### Produtos e Serviços Sefe

- Formação continuada para professores
- Cursos para gestores
- Acompanhamento local
- Cursos de formação a distância
- Sistema de Avaliação
- Clique Aqui – Tecnologia Educacional
- Educação Financeira
- Ensino de Língua Estrangeira
- Suplementos de História e Geografia dos estados e municípios
- DHC – Direitos Humanos e Cidadania
- Educação Ambiental
- Portal Cidade Educação.

### Representantes em todo o país. Informe-se:

Rua Máximo João Kopp, 167 – Santa Cândida  
CEP 82630-492 – Curitiba-PR  
Fone/Fax: (41) 3218-4300  
E-mail: [contato@sefesistema.com.br](mailto:contato@sefesistema.com.br)  
Site: [www@sefesistema.com.br](http://www@sefesistema.com.br)





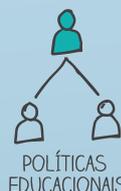
brasil



20-23 MAIO 2015 · SÃO PAULO EXPO EXHIBITION & CONVENTION CENTER

## A ESCOLA DOS NOSSOS SONHOS: HORIZONTES POSSÍVEIS, DESAFIOS IMEDIATOS

Nesta edição, queremos debater juntos quais são os grandes horizontes que devem nos inspirar para transformar a prática pedagógica e institucional da escola. Por isso, preparamos um evento completo, voltado ao desenvolvimento profissional de professores e educadores, com mais de 165 atividades em 10 temas a sua escolha.



CONFIRA A PROGRAMAÇÃO COMPLETA E INSCREVA-SE PELO SITE

[www.bettbrasileducuar.com.br](http://www.bettbrasileducuar.com.br)

Informações:

+55 41 3033-8100 • [futuroeventos@futuroeventos.com.br](mailto:futuroeventos@futuroeventos.com.br)

PROMOÇÃO

ORGANIZAÇÃO

REVISTA OFICIAL

CHANCELARIA

APOIO



EDUCAÇÃO



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD NAS LOJAS





**UNDIME** SP

União Nacional dos Dirigentes  
Municipais de Educação